

Revista AduSP

Associação dos Docentes da USP
Seção Sindical da Andes - SN - Setembro 1998 - Nº 15



ENTREVISTA

CARLOS CHAGAS
Eleitor está sem
opção de voto



Compromissos com a educação superior

A pesquisa eleitoral como instrumento de marketing político

APRESENTAÇÃO

***E**conomistas de várias partes do mundo vêm alardeando há tempos que o Brasil é a “bola da vez”, na crise econômica que chacoalha o planeta de tempos em tempos e já atingiu o México, a Tailândia, a Coréia, o Japão e, mais recentemente, a Rússia. O que poucos conseguiam prever é que a mais recente dessas crises veio tangenciar o país às vésperas da realização da eleição presidencial, quando, até então, era dada como certa a reeleição de Fernando Henrique Cardoso já no primeiro turno. As oscilações das bolsas de valores nos principais mercados financeiros pode fazer oscilar também a intenção de voto do brasileiro. O impacto foi tão ameaçador para o país e para a reeleição do presidente que o governo optou por atacar a crise em doses homeopáticas. Evita, assim, baixar um “pacote econômico” que poderia assustar investidores e eleitores. Para analisar a influência das pesquisas no comportamento dos eleitores, esta edição traz matéria com diretores de vários institutos debatendo essa questão. Ainda dentro do tema eleição, publicamos os compromissos de Fernando Henrique e Luiz Inácio Lula da Silva para o ensino superior e uma entrevista com Carlos Chagas, jornalista e comentarista político da TV Manchete em Brasília. Para ele, esta é uma das piores eleições presidenciais, desde 1955, em termos de opção de nomes à presidência. De um lado, FHC e o empobrecimento do país. De outro, Lula sem propostas econômicas factíveis. Para completar a cena descrita por Chagas, apresentam-se ainda ao eleitor os candidatos Ciro Gomes, “que caiu de pára-quedas na eleição”, e Enéas com a idéia fixa de construir a bomba atômica brasileira. No segundo bloco da revista, para escrever sobre o tema universidade, convidamos os professores Osvaldo Coggiola, Soraya Smaili e Francisco Miraglia. Renato Vargas, representante discente na Câmara Curricular do Conselho de Pós-graduação da USP, analisa a implantação do mestrado profissionalizante na universidade.*

DIRETORIA

Jair Borin, Osvaldo Coggiola, Marcos N. Magalhães, Iraci Palheta,
Ildo Luís Sauer, Lighia B. Horodyski-Matsushigue, José Moura Gonçalves Filho,
Paulo Y. Kageyama, Antonio César Fagundes, Jairo Kenupp Bastos, Ires Dias

Comissão Editorial

Adilson O. Citelli, Bernardo Kucinski, Fernando Leite Perrone,
Francisco Gorgônio da Nóbrega, Khaled Goubar, Nelson Achcar,
Norberto Luiz Guarinello e Zilda M. Gricoli Iokoi

Editor: Marcos Luiz Cripa vd

Assistente de redação: Almir Ricardi

Editor de arte: Luís Ricardo Câmara

Assistente de produção: Rogério Yamamoto

Capa: Dmag

Revisão: Thelma Regina Mateus

Secretaria: Alexandra Moretti Carillo e Aparecida de Fátima dos Reis Paiva

Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Ilustrações: Osvaldo Pavanelli (pp. 6 e 30), Dmag (p. 8) e
Luís Ricardo Câmara (p. 34 e p.45, a partir de um original de Cabrera Moreno)

Fotolitos: Bureau Bandeirante

Gráfica: Chesterman

Tiragem: 5.500 exemplares

Adusp - S. Sind.

Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, 374

CEP 05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo -SP

Internet: <http://www.adusp.org.br>

E-mail: imprensa@adusp.org.br

Telefones: (011) 813-5573/818-4465/818-4466

Fax: (011) 814-1715

A Revista **Adusp** é uma publicação trimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo - S. Sind., destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores. Contribuições serão aceitas desde que os textos, inéditos, sejam entregues em disquete e tenham, no mínimo, dez mil e, no máximo, vinte mil caracteres. Os artigos serão avaliados pela Comissão Editorial que decidirá sobre seu aproveitamento.

ÍNDICE

6

A INFLUÊNCIA DAS PESQUISAS NA ELEIÇÃO

Carlos Alberto Zanotti

11

ELEIÇÕES 98

EMBATE DE PROJETOS PARA O ENSINO SUPERIOR

12

OS DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR

Fernando Henrique Cardoso

18

MUDAR A EDUCAÇÃO PARA MUDAR O BRASIL

Luiz Inácio Lula da Silva

23

ENTREVISTA

Carlos Chagas

30

DESMENTIR E DESMITIFICAR É PRECISO, PRIVATIZAR NÃO É PRECISO

Soraya Smaili e Francisco Miraglia

34

A CRISE UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

Oswaldo Coggiola

43

MESTRADO PROFISSIONALIZANTE, UMA QUESTÃO QUE PERMANECE

Renato Vargas

45

IMPOSTURAS ALEATÓRIAS

Denilson Soares Cordeiro

47

NOTAS DA ACADEMIA

50

CARTA

Eleições 98

A INFLUÊNCIA DAS PESQUISAS NA ELEIÇÃO

Carlos Alberto Zanotti



A cada nova eleição, sempre que são divulgadas as sondagens eleitorais, uma injeção de ânimo toma conta de alguns comitês partidários enquanto que o baixo astral instala-se em outros. Os que estão no topo da lista passam a contar com generosas doações financeiras, enquanto que os últimos colocados experimentam, por antecipação, o amargo sabor da derrota e observam, impotentes, que os aliados já começam a abandonar o barco. É este o poder das pesquisas? Por que há tanta chiadeira em relação às suas divulgações? Elas fazem mal à democracia ou à liberdade de escolha? Deveriam ser proibidas?

No meio político, há uma máxima recorrente segundo a qual "as pesquisas só são verdadeiras quando estou em primeiro lugar". O careco Enéas, por exemplo, jamais acreditou nelas: "São todas manipuladas". O argumento faz parte do jogo político, e é visto apenas como mais um ingrediente na avalanche de cinismo e demagogia que desfilam o tempo todo diante das câmeras de TV. Mas com um dado todos concordam: se as pesquisas não produzem diretamente nenhum mal ao processo político, elas ajudam a construir um cenário que torna quase inevitável a vitória de um determinado candidato, geralmente o mais identificado com os interesses oligárquicos que sempre dominaram o cenário político brasileiro.

"Há um endeusamento injustificado das pesquisas, como se elas

de fato antecipassem em vários meses o resultado das eleições", reclama o sociólogo Francisco José de Toledo, da agência Toledo & Associados, que já trabalhou para candidatos tão diferentes quanto Jânio Quadros, Leonel Brizola e Paulo Maluf. "A pesquisa oferece um conhecimento volátil, que pode ser modificado a qualquer instante. Só fatos concretos mudam os rumos e os resultados de uma eleição", pondera o pesquisador.

Um fato bastante concreto -Toledo concorda- são os cerca de R\$ 50 milhões esperados, a título de doação, à campanha pela reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. O valor equivale a um investimento da ordem de 50 centavos para cada um dos 106 milhões de eleitores aptos a votar no próximo dia 4 de outubro. Deles, pelo menos 37% estariam no grupo de eleitores considerados "volúveis", segundo classificação do Datafolha, o instituto de pesquisas do jornal "Folha de S.Paulo". Os "volúveis" a que o instituto se refere seriam os eleitores que oscilam entre as duas principais candidaturas: a de FHC e a do ex-sindicalista Lula, em sua terceira tentativa de chegar ao Palácio do Planalto. Uma outra característica do eleitorado brasileiro, segundo apurou o Instituto Brasileiro de Pesquisas e Opinião Pública (Ibope), é sua não identificação partidária: 51% deles afirmam não gostar de nenhum partido político.

Essa particularidade não torna o eleitorado brasileiro nem mais o eleitorado brasileiro nem mais nem menos vulnerável à influência das pesquisas. É por isso que o di-

retor do Datafolha, sociólogo Mauro Francisco Paulino, formado pela Universidade de São Paulo, não vê pecado na divulgação de pesquisas eleitorais durante o andar da carruagem. "Quando concorreu à Prefeitura de São Paulo, Luiza Erundina esteve boa parte do tempo atrás do primeiro colocado", recorda-se. "Se a divulgação de seus baixos índices iniciais servisse para tirar votos dela, Erundina não teria revertido o jogo e governado a cidade por quatro anos".

"É claro que a divulgação das pesquisas interfere no resultado das eleições, mas não necessariamente para pegar votos de indecisos em benefício de quem está à frente", afirma o sociólogo Gustavo Venturi, coordenador do Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, órgão que faz as pesquisas para a coligação União do Povo, que tem Lula como candidato à Presidência. "Este é apenas um dado a mais para ajudar o eleitor a pensar e decidir seu voto", afirma Venturi, para quem a divulgação dos resultados é, neste sentido, um benefício à democracia.

Venturi disse que, em pesquisas que já realizou, chegou a constatar que apenas 20% dos eleitores afirmaram ter mudado seu voto depois de terem tomado uma decisão inicial a favor de uma determinada candidatura. E que destes, apenas 25%, ou seja 5% do total dos eleitores inscritos, admitiram que votaram para eleger o vencedor nas sondagens eleitorais divulgadas pelos meios de comunicação. Os demais 75% daquele 1/5 -segundo o sociólogo da Fundação Perseu

Abramo- usaram o resultado da pesquisa para praticar o exercício do voto útil. "Alguns votaram para candidatos ideologicamente próximos aos seus, e outros, para fazer com que a eleição acabasse já no primeiro turno".

Francisco Toledo acredita que, no máximo, 4% de eleitores agem no estilo maria-vai-com-as-outras quando tomam sua decisão de voto na presença dos resultados das pesquisas eleitorais. "Não chega a ser uma coisa preocupante, pois este tipo de comportamento faz parte do processo democrático", afirma. "Em tempos anteriores, Lula e Antonio Ermírio de Moraes saíram na frente e acabaram derrotados", recorda o sociólogo ao citar o esforço inútil do presidente do Grupo Votorantin para vencer Orestes Quécia na corrida ao Palácio dos Bandeirantes.

Estudioso do tema e autor de vários textos científicos sobre o assunto, o professor Venício Artur de Lima, coordenador do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (Nemp), da Universidade de Brasília (UnB), afirma que há duas vertentes que se contrapõem ao avaliar o comportamento do eleitor diante da divulgação das pesquisas. "Uma corrente afirma que o eleitor tende a votar em quem está na frente e a outra jura que o eleitor, solidário com o perdedor, tende a dar seu voto para quem está atrás", diz.

O professor da UnB lembra que o tema ganhou contornos legais durante as eleições de 1989. Na época, acolhendo uma representação dos órgãos de imprensa,

o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a proibição da divulgação dos resultados dessas consultas. A tese aceita pelo Supremo foi de que o dado deve ser entendido como informação noticiosa de interesse público, estando livre de censura, prática proibida pela então recém-promulgada Constituição Brasileira no capítulo referente à liberdade de imprensa.

"Sem conhecer as pesquisas, o eleitor fica muito mais restrito em sua liberdade para exercer um voto consciente", afirma Venturi, da Fundação Perseu Abramo. "O eleitor decide o voto a partir das informações de que dispõe, e as pesquisas são uma informação a mais à disposição dele", completa Paulino, do Datafolha. "Na verdade, as pesquisas têm tanta influência no conjunto da campanha quanto o horário eleitoral gratuito, o noticiário geral da televisão ou o vice escolhido para a chapa", arremata.

Repercussões

Se as pesquisas são diretamente inofensivas e, por vezes, até desejáveis em relação ao eleitor, o mesmo não se pode dizer do estrago que elas fazem no conjunto da campanha. Não por sua divulgação, mas simplesmente por existirem e apontarem, para os grandes financiadores de campanhas, quais os candidatos com mais chances de vitória. "As elites brasileiras são pragmáticas e atuam no sentido de defenderem somente os seus interesses diretos e imediatos. Dão muito dinheiro para quem está à



frente e um pouquinho para os que estão atrás. Mas duvido que, quando estava na frente, Lula tenha recebido alguma vez uma chuva de doações", afirma Venturi.

Não é de estranhar, portanto, que dois dos grandes institutos de pesquisas do país, o Ibope e o Vox Populi, estejam trabalhando para associações patronais de grande porte. O primeiro faz levantamentos para a poderosa Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o segundo, para a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), segundo informou o diretor da Toledo & Associados. Francisco José de Toledo lembra ainda que as pesquisas feitas em época de campanha não apenas indicam posições de candidaturas, mas oferecem ar-



gumentos que os candidatos precisam usar para melhorar suas posições. "Se isso estiver acontecendo, temos um problema ético extremamente grave, pois a CNI e a CNT têm características para-governamentais", critica o pesquisador.

Nos jornais impressos, as pesquisas funcionam também para determinar os espaços editoriais que serão destinados aos candidatos durante as coberturas das campanhas: quem está na frente tem mais espaço e os nanicos raramente saem do pé de página. O critério está documentado -onde é timidamente admitido por jornalistas- em uma dissertação de mestrado, desenvolvida na ECA-USP, intitulada "As prévias eleitorais no espetáculo noticioso", que acom-

panhou a campanha de 1992 à Prefeitura de São Paulo. "Esse é um critério que alguns jornais usam, porque teriam que adotar algum critério", consola-se Venturi, acrescentando que "de qualquer maneira, é um critério danoso, pois reforça o *status quo*".

"O maior problema nem sempre é a quantidade de espaço, mas a qualidade do espaço destinado aos candidatos. Na semana de 15 a 21 de agosto, por exemplo, acredito que Lula tenha tido mais espaço que o Fernando Henrique, só que um espaço totalmente negativo em função do vultoso cheque de R\$ 10 mil depositado na conta dele", brinca indignado Venturi.

Venício Lima vai mais à frente: "O que muitas vezes se esquece é que os meios de comunicação exercem um papel central na formação das opiniões no mundo contemporâneo". Segundo ele, a pesquisa não é algo que poderia ser tratado isoladamente. Ela contribuiria apenas em parte para com a construção de um cenário que torna praticamente inevitável um determinado resultado. O pesquisador admite que é difícil provar, mas existe uma bem montada estrutura simbólica por trás das notícias divulgadas nos meios de comunicação.

Exemplo claro, na opinião do pesquisador, seria o título dado no alto da capa da revista "Época", do complexo de comunicação administrado por Roberto Marinho, data de 17 de agosto último. Dizia o texto, referindo-se à radiografia da campanha eleitoral: "Fernando Henrique Cardoso no ataque, Lula na defensiva". É deste tipo de suti-

leza, só possível com malabarismo lingüístico, que Venício Lima reclama. Ele promete costurar estas reflexões em um novo texto científico, que circulará depois de encerrado o processo eleitoral deste ano, a partir de uma pesquisa que está coordenando junto a jornais impressos e noticiários de televisão.

Dois pesos

Menos sutil que o título da revista "Época" foi o tratamento que o jornal "O Estado de Minas", de Belo Horizonte, deu à divulgação de uma pesquisa eleitoral feita pelo Ibope entre os dias 6 e 9 de agosto naquele Estado. A reportagem circulou como matéria principal da edição de 14 daquele mês, com a seguinte manchete: "Itamar cai 2 pontos na pesquisa". Problema: embora o jornal não tenha informado a margem de erro, dificilmente algum instituto trabalharia com índices inferiores a 2%. Ou seja: Itamar não teria de fato "caído", mas simplesmente apresentado uma "oscilação amostral" no jargão dos especialistas.

Tudo bem se o pecado permanesse por ali. No entanto, logo abaixo da "queda virtual" do ex-presidente, agora candidato ao governo de Minas, o jornal estampou outro título: "Números dão vitória a FHC no 1º turno", em reportagem que registrava também uma queda percentual de 2 pontos para Fernando Henrique Cardoso e um avanço de 1 ponto para Lula em relação à pesquisa anterior. Problemas como estes foram apontados em cerca de 30% das notícias referentes às pesquisas eleitorais inves-

tigadas em 1992 na dissertação defendida na ECA, o que caracteriza um certo "despreparo do jornalista" no tratamento com números amostrais, segundo Gustavo Venturi, à época diretor do Datafolha.

Mais que a falta de habilidade jornalística em mexer com números, Venício Lima observa um problema que mereceria - a seu ver - ser resolvido para coibir problemas relativos às pesquisas. "Há institutos que trabalham para veículos de comunicação e candidatos ao mesmo tempo, como fez o Ibope na campanha do Collor e no suporte aos noticiários da Rede Globo, o que é no mínimo suspeito", queixa-se o professor da UnB. Para ele, a legislação atual, que considera crime a divulgação de dados fraudulentos e não passíveis de comprovação, é insuficiente para dar conta da complexidade do tema.

No caso do "Estado de Minas", mais um detalhe nada desprezível, e que colabora na construção do cenário a que se refere Venício, pôde ser observado na edição do jornal. Na página 3, onde os textos completos foram publicados, havia apenas uma enorme foto de FHC, não como candidato, mas como presidente (como se isto fosse possível) recepcionando, no Palácio do Alvorada, os dois estudantes brasileiros premiados na Olimpíada de Matemática de Taiwan. Aqui, nenhuma sutileza foi sequer ensaiada.

Também colabora com a construção do cenário eleitoral o próprio uso das "fontes oficiais" para a produção de reportagens por parte da imprensa em geral. Diariamente, um ou outro ministro aparece

dando depoimentos em emissoras de rádio, TV e jornais impressos. Mesmo que não queiram, a exposição pública destas personalidades influencia o jogo eleitoral, especialmente quando existem candidaturas à reeleição. Não foi à toa que os pastores da TV Record criticaram o apresentador Carlos Massa, o "Ratinho", que levou o ministro da Saúde ao seu programa. Nele, o economista José Serra conclamava as mulheres brasileiras a se apresentarem para os exames gratuitos para detecção de câncer de colo de útero. "Tão logo concluamos a campanha (leia-se, depois das eleições), vamos iniciar os tratamentos gratuitamente na rede pública de saúde", prometeu enquanto era efusivamente aplaudido.

"Essa legislação eleitoral favorece demais a quem está no poder", queixa-se Venício Lima, "e esse é o grande problema que estamos enfrentando nestas eleições". O protesto também sai da boca de Toledo: "Essa é a eleição onde tudo pode, mas só para o presidente", descreve. Depois de ter chamado os aposentados brasileiros de vagabundos, ter ignorado a tempo de evitar o flagelo da seca no Nordeste e ter permitido que o desemprego atingisse um em cada 5 chefes de família, FHC chegou ao fundo do poço nas pesquisas, ficando tecnicamente empatado com Lula na casa dos 30% durante a primeira quinzena de junho. A caneta presidencial, a partir de então, funcionou como uma alavanca para os índices que o colocaram logo depois como favorito a uma vitória já no primeiro turno.

Em 1º de julho, uma série de festividades marcou o quarto aniversário do plano de estabilização monetária criado por FHC, com farta cobertura pela imprensa. Logo em seguida, a custo de R\$ 326 milhões, começavam a circular as novas moedas de Real - os "santinhos" mais caros de todas as campanhas eleitorais brasileiras, como alguns jornalistas chegaram a descrevê-las. Depois veio o leilão das companhias estatais de telecomunicações, com cobertura amplamente favorável da imprensa. E até a indústria automobilística acabou beneficiada: ganhou uma redução de imposto para desovar seus estoques, enquanto que os consórcios foram incentivados com uma inusitada "prestação balão" a ser paga com o 13º salário dos adquirentes.

Ações como estas e sua intensa divulgação na mídia, especialmente em forma de noticiário, conduzem muito mais a opinião pública do que a simples divulgação das pesquisas eleitorais, segundo os especialistas do ramo. Caso ocorra, a atuação irresponsável de jornalistas e seus patrões estaria situada na vala comum das questões éticas e da falta de compromisso com os valores que deveriam reger o papel da imprensa. No outro extremo, se jogadas para o plano da ingenuidade, as ações da imprensa soariam como o pedido de desculpas que o insosso personagem de um programa infantil choraminga após esbofetear seus coadjuvantes: "Foi sem querer, querendo".

Carlos Alberto Zanotti é jornalista e professor da PUC-Campinas.

Eleições 98

EMBATE DE PROJETOS PARA O ENSINO SUPERIOR

A prioridade do governo Fernando Henrique Cardoso, para a área da educação nos últimos quatro anos, foi o ensino fundamental. Neste período, professores e funcionários das universidades federais permaneceram três anos e meio sem qualquer reajuste salarial e deflagraram uma greve de 104 dias. Também neste período travou-se, no Congresso Nacional, um grande embate entre o Plano Nacional de Educação (PNE) apresentado pelo governo federal e um outro encaminhado pela sociedade civil. Averso ao debate com os sindicatos, as novas medidas do governo FHC em relação ao ensino superior foram encaminhadas ou implantadas sem consulta aos principais interessados: docentes e estudantes. Com o propósito de socializar as propostas dos dois principais candidatos à eleição presidencial deste ano, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, estamos publicando nas próximas páginas as propostas de cada um deles para o ensino superior. Fernando Henrique tem a vantagem (ou desvantagem) de apresentar resultados, enquanto Lula firma seu protocolo de intenções.

Eleições 98

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

OS DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR



Divulgação

A definição clara da prioridade na educação fundamental não impediu o governo Fernando Henrique de dedicar enorme esforço e atenção ao ensino superior. Sem dúvida, os problemas nesta área são bastante mais complexos do que nos demais níveis de ensino e, por isso mesmo, os resultados tendem a aparecer a mais longo prazo. Além disso, são notórias as dificuldades em organizar consensos sobre estes temas, devido à multiplicidade de agentes sociais e de visões distintas sobre o papel das universidades.

Tais dificuldades podem ser ilustradas pelos problemas que apareceram na implementação de dois elementos da política do governo: a avaliação dos cursos de graduação e a redefinição do marco legal para a plena autonomia financeira e administrativa das universidades federais. No primeiro caso, foi possível superar todas as resistências e completar com êxito a implementação da política de avaliação. No segundo, os avanços ainda vão depender da plena conscientização da sociedade e da própria universidade, quanto à importância da reforma, vital para a sobrevivência e aprimoramento do sistema.

Não obstante essas dificuldades, o governo Fernando Henrique formulou e implementou um conjunto articulado de medidas, que terão impacto decisivo na melhoria do sistema de ensino superior do país. Essas políticas podem ser agrupadas em algumas linhas básicas de atuação que guardam total coerência com o diagnóstico e com as propostas formuladas, há quatro anos, no Programa de Governo Mãos à Obra, Brasil:

Em relação ao conjunto do sistema de ensino superior: redefinição dos mecanismos de credenciamento e expansão; criação da avaliação dos cursos na graduação e aprimoramento da avaliação na pós-graduação; e expansão e seletividade da pós-graduação.

Em relação ao sistema público federal: transparência e eficiência no uso de recursos públicos; fortalecimento e melhoria da graduação; ênfase no papel do corpo docente na gestão das instituições; melhoria da qualificação do corpo docente; e definição de políticas de remuneração associadas ao mérito, à dedicação e à avaliação dos professores.

Expansão do sistema

O Brasil possuía, em 1994, um sistema de ensino superior mais ou menos adequado, em termos de tamanho, às dimensões do nosso sistema educacional. O número de vagas existentes correspondia a apenas 1,2 vezes o número de concluintes do ensino médio. Entretanto, em relação à população, o sistema era e continua pequeno, se comparado a outros países latino-americanos.

O problema não estava na falta de vagas, mas na escassez de alunos habilitados, face à baixa eficiência do ensino fundamental, que se traduzia em um número limitado de alunos concluintes do ensino médio. Não é de estranhar que a matrícula no ensino superior tenha se mantido, por muitos anos, praticamente inalterada. Entre 1983 e 1993, o total de alunos no sistema passou de 1,4 milhão para 1,5 milhão.

A situação da demanda já está mudando e tudo indica que continuará se acentuando em consequência das políticas de melhoria da qualidade da educação básica. A matrícula do ensino médio apresentou uma expansão significativa e deverá acelerar-se ainda

mais, o que impunha a necessidade de preparar a expansão do sistema.

Por outro lado, o credenciamento, baseado apenas na análise das condições prévias ao funcionamento da instituição e no reconhecimento de cursos sem prazo determinado, aliado à falta de avaliação posterior, levou a um modelo rígido, sem competição e de baixa qualidade.

A primeira providência do governo foi a aprovação da Lei 9.131/95, que criou o Conselho Nacional de Educação e redefiniu as bases do credenciamento de novas instituições, com o objetivo de promover a expansão com qualidade para fazer frente à nova demanda por ensino superior.

O novo sistema está baseado na flexibilidade, competitividade e avaliação. O aspecto mais importante da Lei 9.131/95 foi estabelecer a necessidade do credenciamento periódico das instituições, baseada na avaliação do desempenho dos cursos e das instituições de ensino superior.

Além disso, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, foi publicado o Decreto 2.306/97, que ampliou a diversificação institucional do sistema e sua organização, criando as novas figuras jurídicas dos Centros Universitários e das Faculdades Integradas.

O novo decreto possibilitou a expansão do sistema, conferindo mais liberdade para a criação de novos cursos por instituições não universitárias que se destaquem pela qualidade do ensino, sem a obrigação de investir em pesquisa e pós-graduação, pré-requisitos indispensáveis apenas para se transformarem em universidades. Estabeleceu, também, a possibilidade do setor privado organizar-se em formas jurídicas alternativas, integrando às instituições direitos e obrigações sociais adequados à sua natureza jurídica, sem prejuízo da qualidade do ensino e de outras atribuições.

Além disso, o decreto garante aos alunos o direito de se informarem sobre as condições e o desempenho das instituições de ensino superior, agora obrigadas a publicar anualmente um catálogo geral com as informações pertinentes à qualidade do ensino, situação dos cursos, composição e regime de trabalho do corpo docente e as condições detalhadas de sua infra-estrutura, como laboratórios, bibliotecas, salas de aula etc.

Devemos atingir neste ano de 1998 a cifra de, aproximadamente, 2,1 milhões de alunos no ensino superior, registrando-se um aumento de 424 mil matrículas em relação a 1994, das quais 63 mil do sistema público federal, sem aumento no quadro de professores e funcionários. Portanto, a matrícula no ensino superior cresceu em termos absolutos, nestes últimos quatro anos, mais do que nos 14 anos anteriores (1980 a 1994), quando havia se expandido em apenas 284 mil alunos.

Avaliação

A avaliação tradicional da pós-graduação no Brasil é um dos principais fatores explicativos do êxito que tem tido este nível de ensino. A graduação, contudo, carecia de um sistema objetivo e abrangente de avaliação, que proporcionasse tanto critérios a serem incorporados no processo de reconhecimento de cursos e credenciamento das instituições, quanto informações transparentes e objetivas para o conjunto da sociedade.

Implantado em 1996, o Exame Nacional de Cursos já avaliou 10 áreas de graduação (Direito, Administração, Engenharia Civil, Engenharia Química, Engenharia Mecânica, Medicina Veterinária, Odontologia, Letras, Matemática e Jornalismo) e tem mostrado resultados muito favoráveis quanto à qualidade das universidades públicas. O sistema de avaliação da graduação tem no Exame sua parte mais visível, mas, hoje, já contempla um complexo sistema de indicadores, à semelhança do que acontece na pós-graduação.

Além disso, o MEC vem promovendo uma avaliação *in loco* das condições de oferta dos cursos de graduação pelas instituições (especialmente das mal avaliadas no Exame), por comitês de especialistas que já visitaram mais de 700 cursos.

A avaliação institucional foi convertida em uma modalidade integrada ao sistema de avaliação do MEC, que vem incentivando sua implantação nas instituições de ensino superior, adequando seu procedimento e acompanhando sua implementação com o apoio de especialistas nesta modalidade. A avaliação compõe o conjunto de indicadores a ser considerado no processo de credenciamento das instituições.

Apesar de tradicional e respeitado, o sistema de avaliação da pós-graduação havia perdido, com o tempo, seu poder de discriminação. Uma proporção muito elevada dos cursos detinha conceitos A e B e não era possível identificar quais os programas que realmente possuíam nível de excelência comparável internacionalmente. Todo o sistema de avaliação da pós-graduação foi objeto de um exame por especialistas internacionais, o que serviu de estímulo para uma importante reformulação, com a participação ativa da comunidade acadêmica brasileira.

Recursos públicos

Não há dúvida que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) constituem o núcleo do sistema universitário brasileiro, juntamente com algumas universidades estaduais. Nelas concentra-se a pesquisa, a pós-graduação, o desenvolvimento de tecnologias importantes para o país e o ensino de graduação de melhor qualidade. Por essas razões, a sociedade brasileira não pode prescindir do sistema universitário público para o seu desenvolvimento e quer ver ampliada a sua contribuição para o progresso econômico e social do país.

Entretanto, são conhecidos também os problemas de eficiência e custos desse sistema. As relações aluno/professor e aluno/funcionário precisam ser ampliadas, até atingirem os padrões dos melhores sistemas internacionais, sem que isso acarrete perda de qualidade: esta deve ser a resposta do ensino superior às demandas que se anunciam para os próximos anos.

A origem desses problemas pode ser encontrada tanto em fatores externos quanto internos às universidades, dentre os quais destaca-se o fato de estarem professores e funcionários submetidos ao Regime Jurídico Único. Ademais, as taxas de evasão nas universidades públicas também são muito elevadas, o que resulta em turmas muito reduzidas, especialmente nos anos finais dos cursos.

Para reverter este quadro, será necessário um esforço de parte das universidades públicas para absorver um número maior de alunos oriundos de outras instituições para preencher essas vagas e ampliar, assim, sua contribuição à sociedade. Além do mais, será

necessário aumentar a oferta de vagas e o número de turmas, especialmente nos cursos noturnos. Estes são exemplos de fatores internos às universidades que contribuem para os indicadores mencionados.

Na busca de maior eficiência, transparência e responsabilidade social por parte das instituições federais de ensino superior, os avanços alcançados nos últimos três anos e meio foram muito significativos, ainda que muitos deles tenham provocado natural reação ao alterar práticas administrativas tradicionais.

Deixaram de ser importantes as práticas de gerar saldos financeiros que podiam ser aplicados no mercado, criando uma receita inflacionária para as instituições, o que era, inclusive, estimulado pelo próprio MEC. O enquadramento de todas as instituições do Ministério da Educação no SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Pessoal), desde outubro de 1997, tornou mais transparente a administração de pessoal, antes totalmente fora de controle. Basta assinalar que a despesa mensal do MEC com pessoal reduziu-se de R\$ 410 milhões para R\$ 390 milhões apenas pelo enquadramento de todas as entidades nesse sistema que abrange toda a administração federal.

Como consequência, reduziram-se drasticamente os chamados recursos próprios das instituições federais. Em contrapartida, o governo aumentou significativamente a contribuição de recursos oriundos do Tesouro para o custeio das universidades federais, compensando a perda de recursos de aplicações financeiras, comuns no período de alta inflação. Em valores constantes, a preços de 1997, o volume de recursos orçamentários cresceu de R\$ 419 milhões em 1994 para R\$ 641 milhões em 1997.

Estes dados demonstram claramente o compromisso do governo com seu sistema de ensino superior. Compromisso que também leva em conta um maior controle dos gastos e uma maior transparência na distribuição dos recursos entre as instituições, segundo uma matriz discutida e aprovada pelos reitores. Este maior controle, junto com a estabilidade da economia, cria as condições para estimar precisamente os custos de cada instituição, elemento indispensável para definir a autonomia administrativa e financeira.

Melhoria da graduação

É inegável que, na evolução das universidades federais nas últimas décadas, nem sempre a graduação recebeu a prioridade necessária, contando com baixos investimentos em laboratórios e poucos estímulos para que os professores mais qualificados dedicassem parte de seu tempo aos cursos de graduação. Tratava-se de uma grave distorção, que comprometia uma das funções mais nobres da universidade pública, ou seja, a formação básica dos futuros profissionais do país.

Desde o início do governo Fernando Henrique, o Ministério da Educação tem procurado enfrentar essa difícil questão, outorgando prioridade à graduação. Além dos recursos para custeio, o governo assegurou investimentos em recursos didáticos para os programas de graduação.

Foram investidas somas importantes em bibliotecas e na construção de infra-estrutura de redes de informação. Em 1997, foram aplicados R\$ 77,4 milhões de recursos do MEC em programas de investimentos nas universidades federais, sendo R\$ 8,7 em livros para bibliotecas de graduação e R\$ 26,7 em informatização. Para 1998, estão previstos R\$ 49 milhões apenas nestes dois itens.

Desde 1995, o MEC vem trabalhando junto com as universidades na montagem do maior programa, até hoje, de investimento em laboratórios de graduação. Encontra-se em fase final o processo de licitação internacional para a aquisição de US\$ 300 milhões em equipamentos para laboratórios de graduação e hospitais universitários. Estão sendo adquiridos cerca de 70 mil equipamentos de 1.700 itens diversos.

Ainda na área da graduação, o MEC realizou um enorme esforço no sentido de tornar realidade o estipulado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que prevê a definição das Diretrizes Gerais dos Currículos de Graduação. Um amplo programa de debates foi desenvolvido durante o primeiro semestre de 1998, envolvendo universidades e entidades acadêmicas e profissionais. Foram recebidas mais de 800 sugestões, que estão sendo analisadas para posterior envio ao Conselho Nacional de Educação.

Os objetivos são a melhoria na oferta de cursos, a ampliação e a integração entre as várias áreas do co-

nhecimento, a flexibilização curricular, o combate à evasão escolar e a ampliação do espaço de decisão dos alunos na definição de seu currículo acadêmico.

O corpo docente na gestão das IFES

A necessidade de avançar na democratização e na valorização dos princípios acadêmicos de gestão das universidades levou o Ministério da Educação a ressaltar o papel do corpo docente na condução dos destinos da universidade pública.

Para tanto, o governo Fernando Henrique reverteu a legislação herdada do período autoritário, aprovando novos mecanismos legais, como a Lei 9.192, que define o processo de escolha dos dirigentes universitários e a composição dos órgãos colegiados. Ao reduzir-se as listas a três nomes, em vez de seis, aumentou-se o poder de indicação por parte da universidade, reservando aos docentes um peso não inferior a 70% em qualquer das etapas do processo de elaboração das listas.

Dessa forma, introduziu-se a prática da votação uninominal, evitando-se a votação em chapas, que excluía a maioria da comunidade acadêmica, tornando o processo mais transparente e democrático. Por outro lado, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, princípios semelhantes foram introduzidos na composição dos órgãos colegiados.

Nos últimos anos, acentuou-se a tendência da aposentadoria dos professores. O receio de que a reforma da Previdência afetasse direitos adquiridos levou muitos docentes, ainda na faixa dos 45 a 55 anos, a solicitar sua aposentadoria. Isto significou uma perda importante para as universidades federais pois, em muitos casos, o Estado havia investido pesadamente na formação desses professores e o sistema público se viu, assim, privado de sua contribuição, justamente no momento da plenitude de sua maturidade intelectual.

É certo que, em grande parte, o sistema de ensino superior não foi prejudicado, pois muitos professores foram contratados por instituições privadas, o que contribuiu para a melhoria do perfil de qualificação do seu corpo docente.

Na área das instituições federais, de outro lado, es-

se processo foi em grande parte compensado ao induzir uma renovação que apresenta também aspectos positivos: em quase todos os concursos novos, tem prevalecido a exigência, como titulação mínima, do nível de doutorado.

Nos três anos e quatro meses – que vão de janeiro de 1995 a abril de 1998 – foi autorizada a realização de 8.871 concursos para preenchimento de cargos de docentes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), o que significou uma renovação de 21% sobre o total de professores efetivos.

Por outro lado, observa-se, no quadro Evolução percentual da titulação dos Docentes efetivos das IFES, que a proporção de doutores no total do quadro de docentes efetivos das IFES cresceu de 22% para 29% em apenas 3 anos – de 1994 a 1997 – mantendo-se inalterada a proporção de mestres.





Gratificação de estímulo à docência

Como parte da filosofia de priorizar o ensino de graduação e de corrigir distorções salariais, o Ministério da Educação propôs a criação de um Programa de Incentivo à Docência, que consistia na concessão de bolsas para os professores dedicados ao ensino da graduação. Esta proposta acabou sendo rejeitada, no contexto do movimento de paralisação que afetou as universidades federais. Impôs-se, assim, encontrar outra solução para corrigir a defasagem salarial, especialmente dos professores titulares em início de carreira, e que também sinalizasse a prioridade conferida ao ensino de graduação e à avaliação de desempenho.

A solução da questão salarial, entretanto, não é simples. Os professores das instituições federais de

ensino se enquadram no Regime Jurídico Único que prevê, entre outras coisas, o princípio da isonomia salarial, independentemente da instituição, da área do conhecimento e da região onde atuam.

Ocorre que, apesar da isonomia, são grandes as diferenças salariais que hoje existem dentro do sistema. A remuneração média de um professor doutor em regime de dedicação exclusiva, em algumas universidades, chega a ser duas vezes maior que em outras. Estas diferenças não estão relacionadas à qualidade da instituição ou à sua relevância social.

A solução encontrada foi propor a Gratificação de Estímulo à Docência, já aprovada pelo Congresso, que pode significar reajustes entre 20% e 50% nos salários, e que beneficia sobretudo os professores em início de carreira. O reajuste será maior para os professores mais titulados, os que se dedicam mais à universidade e os que forem mais bem avaliados em sua produção acadêmica e seu desempenho docente. Trata-se de um projeto inovador que haverá de melhorar a qualidade da universidade pública e estimulá-la a aumentar sua atividade docente.

Autonomia universitária

A solução definitiva dos mais importantes problemas que afetam hoje as universidades federais depende da ampliação da autonomia universitária, tanto do ponto de vista orçamentário quanto de pessoal. Com a autonomia, as universidades passariam a receber verbas globais em função dos serviços que prestam à sociedade (número de alunos, relevância das pesquisas e da extensão). Desta forma, poderiam definir seu próprio orçamento, suas carreiras e seus salários, bem como remanejar seu pessoal de acordo com suas necessidades. Em relação à aposentadoria, seria proposta a criação de um fundo de pensão de forma a não onerar o orçamento das IFES com o pagamento desses benefícios.

Encontra-se em discussão no Congresso Nacional proposta de Emenda Constitucional, encaminhada pelo governo acerca desses pontos.

Eleições 98

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

MUDAR A EDUCAÇÃO PARA MUDAR O BRASIL



Divulgação

A Universidade terá um papel fundamental na discussão, elaboração e implementação de um novo projeto nacional de desenvolvimento. Este projeto demandará à Universidade contribuições para as políticas industrial e agrícola, geração de emprego e renda, formação e qualificação profissional, apoio e difusão tecnológica para micro, pequenas e médias empresas e para a realização da reforma agrária, além da colaboração no desenvolvimento de políticas públicas e de ações culturais.

A autonomia universitária será um valor fundamental no governo da União do Povo. É ela que garante a absoluta liberdade na criação e disseminação do saber. Cabe à Universidade desenvolver um pensamento crítico sem constrangimentos políticos e/ou ideológicos. A Universidade terá assegurada as condições materiais para definir suas propostas científicas e pedagógicas e suas necessidades administrativas. O novo governo organizará uma ampla e democrática consulta para definir mecanismos de avaliação interna e externa das universidades.

A Universidade pública, sendo responsável pela quase totalidade da produção científica nacional, terá um papel importante na discussão e implementação de uma política de desenvolvimento científico e tecnológico. Para tanto, as atividades de pós-graduação serão ampliadas, bem como os recursos a ela destinados.

Carta compromisso com a educação

Como já disse anteriormente na Carta Compromisso à Nação brasileira, que li no ato de lançamento de minha candidatura à presidência da República, em Brasília, dia 6 de julho deste ano, “as elites não foram capazes de arrancar o Brasil da miséria, de apagar o analfabetismo das páginas da nossa história, de assegurar uma alimentação adequada e de criar condições para que todos vivam com saúde”.

Já tive oportunidade de apresentar anteriormente minhas propostas para a agricultura, saúde e para a geração de mais e melhores empregos. Venho agora detalhar como pretendo cumprir meu compromisso de erradicar o analfabetismo dos lares brasileiros, de transfor-

mar em realidade o sonho de colocar todas as nossas crianças numa escola de qualidade e de garantir um sistema público de ensino médio e superior de excelência.

Antes de mais nada quero dizer que nós, da coligação de partidos que compõem a União do Povo Muda Brasil, sentimos orgulho de poder dizer que somos herdeiros de dois dos maiores educadores que este país já conheceu – Darcy Ribeiro e Paulo Freire. E que nossa proposta “Mudar a educação para mudar o Brasil” é tributária de suas idéias básicas, segundo as quais a educação é, ao mesmo tempo, uma força libertadora e civilizatória.

É por meio da educação que se formam homens e mulheres livres e conscientes, capazes de intervir efetivamente na construção de uma sociedade justa e democrática. Nenhum país rompeu a barreira do atraso e do subdesenvolvimento sem um vigoroso esforço de escolarização. Meu governo fará da educação um direito inalienável da cidadania e um dever do Estado. Investiremos numa educação de qualidade, visando atender às necessidades da grande maioria da sociedade, a partir de três princípios:

- democratizar o acesso e a garantia de permanência;
- democratizar a gestão escolar;
- articular os valores culturais locais e regionais com a ciência e a cultura universalmente produzidas.

Meu governo vai universalizar o ensino fundamental público e gratuito, expandindo o acesso e a permanência no ensino médio e ampliando as oportunidades de acesso ao ensino superior.

Para que esses objetivos sejam atingidos, é necessário aumentar progressivamente os gastos com a educação, de modo que venham a alcançar o dobro dos recursos atualmente investidos na área nas três esferas de governo. O Brasil gasta menos de 4% do PIB na educação, incluindo gastos com capital. Considerando o imenso atraso escolar, o alto índice de analfabetismo e a insuficiência da sua rede física, será necessário pelo menos dobrar esse investimento para colocar em ordem o ensino brasileiro.

Investimento, sim. Os gastos com a educação têm-se revelado um investimento de alta rentabilidade, no caso brasileiro. As estimativas disponíveis apontam para taxas de retorno de 15% a 25% nos vários níveis de ensino e nas diferentes regiões do país. Isso signifi-

ca que o investimento em educação básica paga-se em um período de cinco a sete anos.

As elites brasileiras insistem em tratar a educação como um custo e não como um investimento. Com isso, têm conseguido manter parcela importante do nosso povo no mais absoluto obscurantismo e ignorância. Essa foi a maneira que encontraram para garantir sua forma perversa de dominação econômica, social e política.

É por isso que temos ainda cerca de 2,7 milhões de crianças, entre 7 e 14 anos, fora da escola. E 17 milhões de analfabetos, de 10 anos ou mais, além das 25 milhões de pessoas que, pela má qualidade do ensino que receberam, podem ser consideradas semi-analfabetas.

Apesar de contar com cerca de 90% de matrículas para crianças de 7 a 14 anos, dados do IBGE mostram que mais da metade abandona a escola ou é vítima da repetência. O sucateamento da escola atinge a figura do professor, submetido a baixos salários, sem condições de trabalho e com reduzidas oportunidades de formação permanente.

É preciso transformar a escola – hoje distante da comunidade – em um espaço privilegiado, onde as crianças aprendam, os pais participem ativamente de sua gestão e a comunidade usufrua de suas instalações para atividades culturais e esportivas.

Professores e funcionários bem remunerados disporão de salas adequadas, laboratórios e bibliotecas para realizar seu trabalho pedagógico, assim como do tempo necessário para sua formação em serviço.

Com isso, a passagem pela escola deixará de ser uma formalidade. Ela dará aos estudantes autonomia e poder criativo para que possam aprender a aprender. Como observou Einstein, o valor da educação está no treinamento da mente para conceber coisas novas e não na capacidade de repetir o que aprenderam na escola.

Como o papel dos educadores nesse processo é insubstituível, é necessário implantar uma política de valorização dos trabalhadores da educação. Para isso, o governo da União do Povo definirá democraticamente carreiras profissionais que garantam a formação permanente em serviço. Além disso, proporá um piso salarial para os funcionários da educação dos Estados e municípios, para corrigir as atuais distorções de termos professores ganhando até mesmo menos do que um salário mínimo.

Esses elementos são fundamentais para que se vá

implantando, gradativamente, a escola de tempo integral no país, com as especificidades que cada uma das distintas regiões do país requer. Ancorado nesses princípios, quero desde já estabelecer alguns compromissos com o povo brasileiro, no que diz respeito à educação.

Assumo o compromisso de ampliar o acesso à educação pública em todos os níveis de ensino.

Queremos dar ao jovem de hoje a mesma chance de estudar numa escola pública de qualidade que tiveram no passado Antonio Candido, Florestan Fernandes e tantos outros homens e mulheres notáveis deste país. Só assim será possível garantir uma maior igualdade de oportunidades, base da mobilidade social de uma nação efetivamente democrática, independentemente de que sejam filhos de pobres ou de ricos, de índios, amarelos, brancos ou negros.

Assumo o compromisso de garantir, em parceria com os governos estaduais e municipais, a efetiva permanência da criança em tempo integral numa escola de qualidade, que lhe permita além de aprender, ter uma assistência médica e odontológica adequada e também tomar o seu café da manhã, almoçar e jantar todos os dias do ano.

Assumo o compromisso de estender o Programa da Bolsa-Escola, já adotado em governos dos partidos da União do Povo, a todo o país. A permanência dos estudantes na escola exige não apenas a transformação qualitativa desta, mas também a criação de condições econômicas para que as famílias possam efetivamente manter seus filhos na escola, fora do mercado de trabalho, até os 16 anos, como prevê a nossa Constituição Federal.

COMPROMIS

- Reconhecimento das universidades públicas como instituições estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do país;

- Ampliação da rede pública do ensino superior;

- Garantia dos princípios constitucionais da gratuidade do ensino superior público, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da autonomia universitária;

- Respeito à escolha da comunidade universitária na nomeação dos reitores e dirigentes das instituições federais de ensino superior.

Metas prioritárias

- Revisão das carreiras e da política salarial de professores e funcionários;

- Expansão de vagas na rede pública: 80% em 4 anos, especialmente no curso noturno, com am-

pliação do quadro de pessoal e da infra-estrutura, obedecendo critérios de distribuição regional;

- Ampliação do Programa de Crédito Educativo, financiado com recursos não provenientes da receita de impostos. Serão atribuídas bolsas aos estudantes de menor renda de universidades credenciadas em função do sistema de avaliação de qualidade. Constituição de um conselho gestor para acompanhamento, supervisão e avaliação do programa. Obrigatoriedade e prazos de ressarcimento, após a conclusão do curso, condicionados à situação econômica do beneficiário.

- Revisão do Exame Nacional de Cursos (Provão), adotando-se um sistema nacional de avaliação institucional pelas comunidades interna e externa à universidade, objetivando a melhoria constante

do ensino, pesquisa e extensão;

- Implementação da autonomia universitária nos termos do art. 207 da Constituição;

- Ampliação do Programa Nacional de Capacitação Docente e implementação de programa para funcionários técnico-administrativos;

- Aumento de pelo menos 100% dos recursos para a pós-graduação ao longo dos 4 anos;

- Democratização do acesso às universidades públicas, conjugando o aumento de vagas e propostas de outros mecanismos de ingresso;

- Política de assistência estudantil, através de programas de alimentação, moradia e assistência à saúde;

- Estabelecimento e implantação a curto prazo de normas de fiscalização do poder público em relação ao setor privado da educação.

Assumo o compromisso de garantir os princípios constitucionais da gratuidade do ensino superior público, da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No meu governo, as universidades públicas serão reconhecidas como instituições estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do país. Elas terão um papel fundamental na discussão, elaboração e implementação de um novo projeto nacional de desenvolvimento.

Como já disse por ocasião da apresentação do nosso programa de Ciência e Tecnologia, na 50ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que se realizou em julho, em Natal, a universidade pública terá um papel fundamental na discussão e implementação de uma política de de-

envolvimento científico e tecnológico, pois ela é hoje a responsável pela quase totalidade da produção científica nacional.

A autonomia universitária será um valor fundamental no governo da União do Povo. É ela que garante a absoluta liberdade na criação e disseminação do saber. Cabe à Universidade desenvolver um pensamento crítico, sem constrangimentos políticos e/ou ideológicos.

No meu governo, a Universidade terá assegurada as condições materiais necessárias para definir suas propostas científicas e pedagógicas e suas necessidades administrativas. Implantaremos uma ampla e democrática consulta para definir mecanismos de avaliação interna e externa das universidades. Para tanto, as atividades de pós-graduação serão ampliadas, bem como os recursos a ela destinados.

SOS BÁSICOS

Ensino de graduação

De um total de 1.735.334 estudantes de ensino superior, cerca de 700 mil estudam em universidades públicas a um custo médio de R\$ 7 mil por aluno-ano. O governo da União do Povo ampliará para 1.200.000, em quatro anos, as vagas públicas. Aumentando a eficiência através da melhoria das condições de trabalho, é possível baixar o custo médio para R\$ 4.500 por aluno-ano.

Ao final de quatro anos, estarão sendo investidos R\$ 5,65 bilhões no ensino de graduação.

Ensino de pós-graduação

O atendimento atual em nível de pós-graduação é de cerca de 42 mil alunos. O governo da União do Povo aumentará para

100 mil o número de estudantes de pós-graduação, a fim de democratizar o acesso e ampliar as bases do desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Os gastos ao final de quatro anos serão de R\$ 750 milhões.

Financiamento da educação

Os gastos totais com educação no Brasil são, hoje, da ordem de R\$ 31 bilhões em todos os níveis de governo, cabendo aos estados e municípios arcar com 70% dessa despesa. A proposta da União do Povo soma R\$ 65,45 bilhões, o que representa mais do que o dobro dos gastos atuais a serem compartilhados pela União, estados e municípios.

Essa proposta está baseada nas necessidades reais em cada nível de ensino e em valores com-

paráveis internacionalmente. As metas deverão ser atingidas em quatro anos, período em que serão implementadas políticas econômicas que provocarão crescimento com geração de emprego e renda, ao mesmo tempo em que a reforma tributária permitirá maior arrecadação e, em consequência, um financiamento sólido e sustentado do Estado. Outras fontes de financiamento serão buscadas, particularmente para o ensino técnico e profissionalizante, cabendo ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um papel relevante nessa direção.

O governo da União do Povo será marcado pelo estabelecimento de novas prioridades. A educação é uma delas e, por essa razão, carreará grande parte dos recursos orçamentários.

O meu governo respeitará a escolha da comunidade universitária na nomeação dos reitores e dirigentes das instituições federais de ensino superior.

Assumo o compromisso de ampliar a rede pública do ensino superior, expandindo as vagas na rede pública, especialmente no curso noturno, com ampliação do quadro de pessoal e da infra-estrutura, obedecendo critérios de distribuição regional.

Assumo o compromisso de implantar, a curto prazo, normas de fiscalização do poder público em relação ao setor privado da educação. Não permitiremos o funcionamento dessas fábricas de diplomas, que apenas iludem aqueles que querem aprender.

Assumo o compromisso de ampliar o Programa de Crédito Educativo, especialmente para os estudantes das instituições privadas de ensino, estabelecendo prazos de ressarcimento condicionados à situação econômica do beneficiário, após a conclusão do curso. Ampliaremos as bolsas de estudo para incentivar a dedicação integral dos estudantes e sua iniciação científica.

Assumo o compromisso de aumentar os recursos públicos federais para ampliar o atendimento das creches. Dada a impossibilidade de uma universalização imediata desses serviços, serão implantados convênios envolvendo os municípios e as empresas privadas, visando assegurar o cumprimento da legislação que garante o direito às trabalhadoras de deixarem seus filhos nas creches.

Meu governo mobilizará recursos materiais e humanos, envolvendo toda a sociedade por meio de um grande movimento visando a superação do analfabetismo e a abertura de novos horizontes culturais para os jovens e adultos analfabetos. Será construída uma rede envolvendo diferentes instituições públicas e privadas, assim como educadores devidamente preparados para oferecer a esse setor da sociedade o acesso à



leitura e às várias manifestações da cultura.

O governo da União do Povo dará especial atenção à manutenção e melhoria do ensino técnico federal, garantindo uma articulação entre educação científica e a sólida formação humanística.

Assumo o compromisso de reorganizar os Conselhos Nacional, estaduais e municipais de educação com funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras do sistema de ensino.

No meu governo, vamos criar Fóruns nacional, estaduais e municipais de educação para definir diretrizes, acompanhar e avaliar as políticas e planos de educação.

O governo da União do Povo tratará a Educação especial como modalidade de educação regular, buscando gradativamente dar à rede escolar a capacitação física, pedagógica e na área de saúde para acolher todos os estudantes.

Finalmente, quero reafirmar os compromissos que assumi na minha carta aos agricultores e trabalhadores rurais, de garantir o ensino básico e recuperar o ensino técnico para os jovens do campo. Meu governo vai implantar um sistema de bolsas que permita aos jovens das famílias rurais mais pobres dedicarem-se integralmente aos estudos. Estimularemos as escolas rurais a adaptarem sua estrutura curricular às condições locais e cuidaremos para que tenham instalações e equipamentos adequados, da mesma qualidade dos que serão proporcionados às escolas urbanas.

Repito, mais uma vez, que não consolidaremos a democracia brasileira sem garantir a igualdade de oportunidades no acesso à educação, porta de entrada para a cidadania. E não se pode implantar democraticamente qualquer política pública sem o necessário respaldo dos setores majoritários da sociedade que por ela serão afetados.

Entrevista **Carlos Chagas** por Marcos Cripa

ELEITOR ESTÁ SEM OPÇÃO DE VOTO À PRESIDÊNCIA

Fotos: Juan Pratginestós



Formado em Direito, o jornalista Carlos Chagas exerceu durante um ano e meio a função de promotor numa pequena cidade do interior do Rio de Janeiro. Lá, por libertar um trabalhador que roubara cinco bifés para alimentar a família, sofreu vários tipos de pressão. Começava ali, talvez, a compreensão do poder que as elites exercem sobre a sociedade. Nesta entrevista, concedida na segunda quinzena de agosto (início da crise econômica mundial), o comentarista político e diretor de jornalismo da TV Manchete de Brasília afirma que o eleitor está sem opção de voto à presidência da República. Para Carlos Chagas, Fernando Henrique empobreceu o país e não mudará os rumos de seu governo num eventual segundo mandato. “Esse negócio de que ele vai criar 7,5 milhões de empregos e empregar dinheiro no social é lorota eleitoral”. Quanto ao Lula, diz ele, ainda está devendo uma proposta econômica factível. No que diz respeito às privatizações, Chagas é enfático na defesa do patrimônio brasileiro. “Mexer na siderurgia, na produção, geração e distribuição de energia, e agora nas telecomunicações e nos transportes, é alienar a soberania nacional”, diz.

Adusp - Faça uma análise do atual momento eleitoral, comparando-o com as duas últimas eleições para presidente, em 89 e 94.

Carlos Chagas - Ousaria repetir que a história só se repete como farsa; quer dizer, a eleição atual não tem nada a ver com 89 e nada a ver com 94. É completamente diferente. Na questão econômica, está aí a crise asiática que ninguém sabe quais serão os efeitos a curtíssimo prazo; efeitos que poderão levar de roldão não só o Fernando Henrique ou o Lula, mas todo o processo eleitoral. Todo processo político pode, de repente, levar um tombo. Não estou renunciando ditadura, não é isso, apenas o imponderável que pode nascer dessa crise. A economia pode estourar de uma hora para outra. Nesse lado econômico, portanto, é outra eleição muito diferente daquela de 89, quando o país convivia com uma inflação de 80% ao mês e não havia uma sombra no horizonte, como se tem hoje. No lado político, é outra eleição também, porque nunca houve reeleição. É a primeira vez que um presidente no exercício do poder vai se lançar candidato. Estava vendo uma entrevista que ele (FHC) deu para a Revista Manchete em 1981, quando era suplente de senador. Ele concede uma longa entrevista, na qual faz uma consideração muito importante. Fernando Henrique diz que: "conquistar o poder é um ato de competência". Agora, ele disse, sem jamais imaginar a reeleição: "manter o poder tem que ser um ato de mudança de tudo, um ato de alteração de costumes. Só assim alguém se mantém no poder". Quer dizer, inovando, renovando.

Não sei se ele usou o termo "fazendo uma revolução". Ele justifica a permanência no poder por conta de mudanças drásticas, mudanças profundas. Pergunto: isso que ele está fazendo são mudanças drásticas, são mudanças profundas? Tem uma frase do Getúlio Vargas, um pouco antes da crise de 54, numa entrevista a O Globo, que diz que as leis do mercado livre não são leis porque são ucasses, não são do mercado mas apenas de um grupo restrito que domina, e também não são livres. Ele vai ainda mais adiante e diz que, no Brasil, fracassou a experiência da lei do mercado livre, que tentaram implantar depois da guerra, porque o objetivo era aumentar as exportações e essas não aumentaram de jeito nenhum. A importação era sempre maior. E havia um segundo objetivo que é qualquer coisa igual a essas que por aí estão falando, ou seja, que a globalização vai gerar aumento de exportações. Veja que novidade, então, não tem nenhuma. Isso que se chama hoje de globalização já se falava com outro nome, com outro rótulo, na época de Getúlio; já se falava disso no tempo dos descobridores portugueses, quando encontraram o caminho das Índias. O mundo estava globalizado naquela época. Trocava-se mercadorias, especiarias, madeiras etc. Será que o mundo já não estava globalizado quando a primeira tribo de trogloditas viu que tinha outra tribo do outro lado do morro e fez um sinal de fumaça? Quem garante que, daqui a cem anos, não vamos estar trazendo minério de ferro de Marte? É aí que o mundo vai estar globalizado? Ou daqui a mil anos, quando possível-

mente vamos estar trazendo plasma de Andrômeda. Isso é muito relativo. Esse conceito é muito sacana.

Adusp - O sr. fala da possibilidade de o Brasil levar um tombo na questão econômica em função da crise asiática. O país está maduro para enfrentar um problema dessa natureza?

Carlos Chagas - Está. Por isso eu fiz essa volta toda para falar do Getúlio e da manutenção do poder. O país enfrenta as crises, é intrínseco do modelo, é estrutural esse resultado. Essa globalização não deixa outra opção, nós sempre importamos mais do que exportamos e temos um déficit público sempre ampliando-se cada vez mais. Sempre pagaremos juros mais altos para obter maiores investimentos. Esse é o modelo e o resultado a gente já sabe qual é. Tomara que essa crise não exploda a economia mas, qualquer dia desses, isso vai ocorrer porque não tem outra saída.

Adusp - Nesse contexto, como o sr. avalia as candidaturas de Fernando Henrique, Lula e Ciro Gomes?

Carlos Chagas - O Fernando Henrique está numa situação que ele tem que fugir para frente. Não pode mais recuar, apesar de o Euclides Scalco (coordenador da campanha do presidente) ter dito que o segundo mandato servirá para resgatar a imagem antiga do presidente: um homem de centro-esquerda. Eu vejo a candidatura do Fernando Henrique sem a menor possibilidade de trazer mudanças no segundo mandato. Esse negócio de dizer que

ele vai criar 7,5 milhões de empregos e vai empregar dinheiro no social é tudo lorota eleitoral. É evidente que ele sabe, e a equipe econômica também, que vai continuar essa estória de livre competição, esse negócio de dizer sempre: "vamos preparar o trabalhador para a livre competição". Mas que livre competição se o trabalhador vive entre a guilhotina e o pescoço? O resultado dessa competição nós já sabemos qual é. Por outro lado, o que o Lula apresenta de diferente? Que diagnóstico pouco menos periférico ele já fez da realidade? Ficam lá aqueles teóricos do PT... e não sei quê... Eles não traduziram isso ainda no papel. O que o Lula quer? Quer criar emprego... vai criar milhões de emprego... como? De que jeito? Vai parar com as importações? Como é que você vai aumentar as exportações? Como é que você vai tratar os juros? A dívida externa? Ele tinha que ter um elenco de umas dez respostas econômicas e mostrar: "olha, eu pretendo isso, isso e isso". Se vai dar certo ou não, ninguém sabe. Acho que o Lula está devendo ainda alguma coisa de mais concreto. E precisa parar com essa besteira na propaganda eleitoral de trocar a bandeira vermelha, que sempre foi uma bandeira de luta, pela bandeira branca da rendição.

Adusp - O sr. acredita que transformaram a campanha do PT em algo light?

Carlos Chagas - Tiveram essa intenção. Não trocaram a bandeira vermelha pela branca por maldade, para arreentar com o Lula. Não foi nada disso, foi irresponsabilidade.

Todo marqueteiro é assim, ele não tem nenhuma relação com a realidade, ele não conhece o passado, não conhece a história, ele tem as idéias geniais dele. Veja que os marqueteiros estão todos quebrando a cara. Os do FHC fazem tudo, menos colocar o Fernando Henrique nesse programa de propaganda gratuita. Aquele tempo que ele tem, deveria ser usado, pela lógica, para mostrar o que está ruim e o que vai ser me-

É evidente que ele (FHC) sabe, e a equipe econômica também, que vai continuar essa estória de livre competição, esse negócio de dizer sempre: "vamos preparar o trabalhador para a livre competição". Mas que livre competição se o trabalhador vive entre a guilhotina e o pescoço?

lhorado. Mas não, colocam o Pelé, a Dona Ruth, mil firulas, técnica televisiva fantástica, um negócio maravilhoso para o show do Faustão. Tem outros piores ainda, como aquele partido que inventou a rima: "quem é contra burguês, vota dezesseis", ou o doutor Enéas que vai jogar a bomba atômica. Não apareceu uma opção como a gente viu aparecer em 89, não estou emitindo juízo de valor nem certo nem errado, quando surgiu o Collor. Ele foi uma opção para os conservadores, para a direita, mas apareceu arrumadinho e empacota-

do como uma opção. Em 94, não há dúvida alguma, a opção era o Fernando Henrique. Este ano não existe opção.

Adusp - O Ciro Gomes tentou ser esta opção?

Carlos Chagas - Ele, na verdade, não foi trabalhado como deveria. Caiu de pára-quedas do governo do Ceará, que deixou para ser ministro da Fazenda. Aí brigou com o pessoal do Fernando Henrique e depois sumiu, desapareceu do país. Ou seja, ele não se tornou um nome nacional. De repente, caiu de pára-quedas para ser candidato a presidente da república. Ele ainda é perspectiva de opção, mas talvez para daqui a quatro anos. Infelizmente, essas eleições são as mais pobres que eu tenho visto. Votei na eleição de 1955, quando o Juscelino (Kubitscheck) foi eleito. Naquela ocasião, tínhamos o Juscelino, o Juarez Távora, o Ademar de Barros e ainda o Plínio Salgado. Quer dizer, pão para todos os gostos na padaria. Depois, na década de 60, tivemos uma polarização: o Jânio Quadros, que era a opção, e o general Lott, candidato do Juscelino. Aí seguiram-se as "opções" fardadas.

Adusp - Que país pode surgir das urnas com as candidaturas que aí estão?

Carlos Chagas - Vai continuar sendo o país do Fernando Henrique. É óbvio que se não houver uma mudança, se não houver um cataclismo, um inusitado qualquer, o presidente está reeleito. Eu me pergunto se ele vai conseguir, por mais quatro anos, passar a imagem de que está mudan-



Muita coisa podia mesmo ser privatizada sem problemas. O bondinho do Corcovado, no Rio de Janeiro, ou hotéis que o Estado tinha, por exemplo. Agora, mexer na siderurgia, na produção, na geração e distribuição de energia, e nas telecomunicações e nos transportes, é não só alienar parte do patrimônio do povo, mas alienar a soberania nacional.

do o país, de que está melhorando, e que por causa da modernidade tem de ser assim. Não, o país está empobrecendo, a economia está empobrecendo, a indústria está sucateada. Quem tem emprego, come a cesta básica, come frango, mas quem não tem pede: "me dá esse ossinho aí quando acabar". Os excluídos já são trinta milhões, os desempregados, só em São Paulo, são um milhão e quatrocentos mil. Gente que já trabalhou e não trabalha mais. Eles (membros do governo) não estão fazendo isso por maldade, não têm um Dr. Silvana maquinando coisas terríveis no porão. Eles acham que estão certos, só que estão acabando com o país, com a soberania e o patrimônio do país. Recentemente, privatizaram as telecomunicações, receberam R\$ 22 bilhões num pacote fechado, celebraram aquilo como a maior coisa do mundo. Só que, desses R\$ 22 bilhões, só entrariam em cash, ou melhor, títulos que o banco pode trocar, R\$ 7 bilhões. O resto foi a longo prazo. A equipe econômica

disse que serviria para abater a dívida econômica e não sei mais o quê. Bom, no mês de agosto, com o início da crise na Rússia, até ontem (27/8) já tinha saído do Brasil US\$ 7,5 bilhões. Entregamos as telecomunicações, a Embratel principalmente, e o dinheiro que recebemos já foi embora como fuga de capital especulativo.

Adusp - Recentemente, o sr. disse, ironicamente, que só faltava privatizar as Forças Armadas, o Pantanal e a Amazônia.

Carlos Chagas - Muita coisa podia mesmo ser privatizada sem problemas. O bondinho do Corcovado, no Rio de Janeiro, ou hotéis que o Estado tinha, por exemplo. Agora, mexer na siderurgia, na produção, na geração e distribuição de energia, e nas telecomunicações e nos transportes, é não só alienar parte do patrimônio do povo, mas alienar a soberania nacional. A Petrobrás e os Correios, muita gente não está lembrando, estão para ser privatizados. Depois que privatizarem a Petrobrás

e os Correios, só restará a Amazônia, o Pantanal, as Forças Armadas. Digo isso como brincadeira, ironia, mas é bom lembrar que quem, há algum tempo, admitisse a privatização da Petrobrás, seria preso como boateiro. A Petrobrás era intocável. Hoje, o que mais se fala é que a Petrobrás é a bola da vez. Na Argentina, privatizou-se as telecomunicações, compradas 50% pela estatal espanhola e 50% pela estatal francesa. Quer dizer, a França e a Espanha param a Argentina a hora que elas quiserem. Aqui no Brasil parece que colocaram uns intermediários para não ficar tão claro.

Adusp - A candidatura do Lula, tendo Brizola de vice, não se opõe a tudo isso? Se não é a nova opção como o sr. disse anteriormente, pelo menos se opõe a essa onda de privatização.

Carlos Chagas - O Lula parece que está amedrontado, o Brizola menos; o Lula está tomando a globalização e as privatizações como uma verdade absoluta. O Lula tem medo de dizer que vai rever as privatizações. Logo que lançaram a candidatura dupla, o Brizola disse: "vamos reexaminar, fazer uma auditoria e rever", referindo-se às privatizações. O Brizola teve de engolir o que dissera porque o PT obrigou-o a não se meter naquilo. Acho impossível o Lula reverter qualquer coisa porque está com medo. É claro que o Brizola tem uma posição que já é histórica sobre isso e se pudesse influiria.

Adusp - Neste momento, o Mário Covas (SP), o Eduardo Azeredo (MG) e o Marcelo Alencar (RJ), to-

dos tucanos, estão com suas reeleições ameaçadas. Por que o Fernando Henrique não transfere prestígio aos governadores destes estados?

Carlos Chagas - Os tucanos parecem que são unidos, mas na verdade é cada um por si. O Eduardo Azeredo se queixa que não foi ajudado pelo governo federal, o Covas passou os dois primeiros anos de governo dando caneladas e com o Marcelo deve ser a mesma coisa no Rio. O governo federal não se comporta partidariamente. Neste ponto, FHC lembra muito o Jânio Quadros, partido não é com ele.

Adusp - Fernando Henrique não é homem de partido ou a coligação que ele fez não permite que ele seja ligado ao partido?

Carlos Chagas - Ele não quer, há uma fogueira das vaidades dentro do partido e ele não vai estar acendendo a vela de outros companheiros. Ele é muito personalista e, por outro lado, precisou fazer essa frente de partidos que o apóia. Ele adora quando o PFL dá um safanão num tucano qualquer. Ele não vai ao palanque de uma porção de tucanos, mas isso não é defeito porque no Brasil ninguém é homem de partido.

Adusp - Isso também vale para o PT?

Carlos Chagas - O PT é diferente, ainda procura cultivar um espírito partidário. Porém, é um horror. Abriga, no mínimo, 13 alas no seu interior.

Adusp - Quem manda no governo, FHC ou ACM?

Carlos Chagas - É o Fernando

Henrique. O ACM manda no varejo, uma nomeação aqui, outra ali; quem define as linhas do governo, não há dúvida nenhuma, é o próprio Fernando Henrique. Ele é tão esperado que, para cada interlocutor, tem uma conversa. Muitas das coisas que nós conversamos aqui, não com esse tom, eu já conversei com o presidente, e ele diz: "você tem razão, é isso mesmo, vamos pensar". Entra um cara da extrema direita e ele concorda com tudo... e só faz o que quer.

Adusp - No futuro, quando for feita a reeleitura deste governo, será possível atribuir a responsabilidade do que tiver acontecido à coligação PSDB/PFL?

Carlos Chagas - Não, trata-se de uma coligação fisiológica. Qual é o grande projeto ou campanha popular que essa coligação levantou? Nenhuma. Sua excelência vai ter de assumir a responsabilidade total do que tiver acontecido neste período.

Adusp - A população se mostra apática, sem poder de reação. Isso está se dando por culpa dos políticos, da própria sociedade ou das mudanças na ordem político-econômica mundial?

Carlos Chagas - Ninguém é culpado; a verdade é que, mais uma vez, a elite está ganhando de uma forma absoluta. Depois da queda do muro de Berlim, a partir do fim da existência de uma bipolarização, ela está reinando de forma absoluta. Os representantes da elite impõem coisas, agora em 1998, que não ousariam pensar em 1950 e 1960, a exemplo da extinção dos direitos sociais. Vejamos,

no Brasil, a jornada de trabalho de 8 horas, uma grande conquista do trabalhador: qual é o trabalhador que trabalha 8 horas hoje? Só aquele que o patrão não quer que ele faça hora-extra; professor, operário e outros, se puderem, trabalham mais. O salário mínimo, que era para sustentar minimamente um trabalhador, hoje é de R\$ 130,00, que não sustenta ninguém. A aposentadoria e a pensão, que foram criadas a partir da revolução de 30, estão cada vez mais desvinculadas do salário. Esses direitos, assim como a proteção ao trabalho do menor e da gestante, estão sendo desfeitos por emendas constitucionais diretas ou pela prática. Isso está acontecendo porque prevalece no mundo inteiro a mentalidade de que não há mais adversário. A elite da Nova Roma está absoluta. Então, votar pra quê?

Adusp - A elite conseguiu implantar um projeto que gera acomodação e medo no trabalhador?

Carlos Chagas - Um projeto que humilha a força de trabalho, enfraquece as corporações e infiltra. Basta dizer que, outro dia, vieram aqui em Brasília o Medeiros e o Paulinho (Força Sindical) para hipotecar solidariedade a quem está fazendo isso tudo ao trabalhador. Dá para entender? Apesar disso tudo, ainda estão apoiando. Fazem isso porque estão com medo de que venha coisa pior. Então, aceitam o contrato temporário de trabalho, que é uma excrescência. É a inversão total dos direitos; os direitos estão saindo pelo ralo.

Adusp - O sr. diz que não existe nada de novo no campo político no Brasil e que a realidade é extremamente opressora aos trabalhadores. Como, então, enfrentar esta situação? Existe algum caminho?

Carlos Chagas - Não se pode imaginar que tudo está perdido. Como tudo no mundo tem a antítese e a síntese, estamos passando um período bravo, de sufoco, mas é evidente que alguma coisa vai surgir disso. Jamais será a Terceira Via, do Tony Blair, ou a social-democracia, já que a máscara caiu no mundo inteiro. Alguma coisa surgirá, não de algum formulador, mas do que está acontecendo na prática já. Vai acontecer alguma coisa que possa dar formação ideológica a esse vazio.

Adusp - Faça uma avaliação do Congresso Nacional nos últimos quatro anos. É preciso não esquecer que o presidente aprovou praticamente todos os projetos de interesse do executivo.

Carlos Chagas - Devemos lembrar que o Congresso também aprovou o confisco da caderneta de poupança, quando o Collor assumiu a presidência. O Congresso aprovou todas as medidas provisórias do Collor, que eram aquele horror. O Congresso aprova qualquer coisa desde que o poder executivo saiba manobrar. Infelizmente é daquela forma do é dando que se recebe. Quanto custou a aprovação da emenda da reeleição? Em dinheiro, muita coisa, mas tem mais: em favores, nomeações e aquecimento de situações de amigos. Teve denúncias aí aos montes, algumas até concretas, que evidentemente não deram

em nada porque a maioria é parlamentar. O Congresso aprova qualquer coisa se a pessoa souber levá-lo. Não pode bater de frente nem dizer que está contra, mas quem tem o Diário Oficial na mão tem tudo para fazer, se souber fazer.

No tempo dos militares a mídia viu o mundo dividido entre mocinhos e bandidos. Os bandidos eram eles, que censuravam, processavam e até matavam, e os mocinhos éramos nós, que sofríamos censura etc. Agora, esses que estão aí, os globalizantes, são muito mais inteligentes, eles colocaram em prática uma estratégia que anula qualquer tipo de oposição.

Adusp - Como a população, na outra ponta, pode virar essa mesa?

Carlos Chagas - De vez em quando, o mundo anda prá frente, Graças a Deus! De vez em quando, alguns episódios pouco diferentes da rotina ganham as ruas. E de repente, ninguém sabe como, mobiliza a sociedade momentaneamente. A sociedade já tem atuado, como na morte do Getúlio, em 54. Estavam a mídia toda e as elites contra, e o homem dá um tiro no peito. De repente, a massa vai para a rua, milhões de pessoa na cidade gritando "Getúlio... Getúlio". Aquela manifestação serviu para evitar o golpe que já es-

tava na agulha e que só veio dez anos depois. Veja que a sociedade, de vez em quando, se mobiliza e consegue algum resultado. O mesmo se deu no episódio das "Diretas já" e no Impeachment do Collor. Uma denúncia aqui, outra ali, e de repente o povo na rua exigindo uma posição dos parlamentares. O Congresso, nos grandes momentos, jamais foi contra a sociedade, pois ele sabe que se for, está arrebitado.

Adusp - O sr. vislumbra alguma possibilidade de explosão social em função do quadro de desemprego no país?

Carlos Chagas - Não de forma organizada, não há organização nenhuma para ela, porém nós sempre vivemos de inusitados e pode vir um inusitado qualquer. Pode vir alguma coisa que determine o povo na rua, em cima do Congresso e mude isso tudo. Mas isso não virá sozinho, a situação está mais grave em outras regiões como na África, na Ásia e na Rússia. Tenho a impressão de que vamos ficar a reboque dessa história.

Adusp - Qual o papel e como tem se comportado a mídia nesse processo todo, inclusive em relação ao presidente Fernando Henrique?

Carlos Chagas - No tempo dos militares, a mídia viu o mundo dividido entre mocinhos e bandidos. Os bandidos eram eles, que censuravam, processavam e até matavam, e os mocinhos éramos nós, que sofríamos censura etc. Agora, esses que estão aí, os globalizantes, são muito mais inteligentes, eles colocaram em prática uma estratégia que anula qualquer tipo de oposição. Even-

tualmente, gritamos aqui ou ali. Repare que Estadão, Folha e Jornal do Brasil fazem editoriais e mais editoriais pedindo a entrada de capitais estrangeiros nas telecomunicações, nisso e naquilo, mas não falam da entrada de capital estrangeiro na mídia. A Constituição proíbe estrangeiros de serem proprietários de empresas jornalísticas e nenhum deles levantou essa discussão. Trata-se de reserva de mercado. As empresas que vão bem, como Estadão, Globo, Folha, Editora Abril, RBS (Rio Grande do Sul) e o Silvio Santos, o governo cooptou oferecendo benesses, oferecendo favores. Olha a ironia: na ditadura do Estado Novo, o governo cooptou os jornais estabelecendo um monopólio de importação de papel, ou seja, comprando por cem e vendendo por cinquenta para os jornais. A chantagem é a mesma, quer dizer, oferece grandes negócios para a mídia que vai bem. Agora, da mídia que vai mal, que tem dívidas, como Jornal do Brasil, Manchete e outros, eles cobram a dívida. Então o que acontece? Eles têm a unanimidade. Aqui e ali coloca-se ainda uma lasquinha, depois passa-se alguns dias sem criticar. Eles não estão perseguindo como os militares, não estão perseguindo pessoalmente as pessoas, mas você sabe que tem um espaço limitado, senão prejudica a sua empresa. Se se colocar uma linha de oposição política na TV, no rádio ou na revista, a empresa vai sofrer, vai deixar de ter publicidade. Eles são muito mais inteligentes que os militares. Quando se imaginaria que a Folha, que briga no varejo, iria se acoplar tanto nesse modelo como está acoplada?

Adusp - Como se dá a relação da imprensa com o poder? A imprensa que passa é que as pautas são originárias do Palácio do Planalto?

Carlos Chagas - É o que está acontecendo na campanha, que diariamente enche o seu fax de metros e metros de informação e notícia. O comitê do Fernando Henrique não está fazendo nada a mais ou a menos que copiar o sistema de comunicação social do Palácio, que é eficiente, que alimenta os meios de comunicação. Não se reinventa a roda, a imprensa tem que dar notícia e isso é notícia. A oposição produz notícia com o mesmo nível? Não, infelizmente não. O comitê do Lula, de uma semana para cá, está fazendo isso. E nesse momento se pode contrabalançar.

Adusp - Mas essa cobertura não é a do jornalismo de assessoria de imprensa? As redações esperando os candidatos emitirem os seus releases? Cadê a reportagem?

Carlos Chagas - Talvez eu tenha me expressado mal. Nós procuramos e encontramos fatos, ocorre que, no lado da campanha do Fernando Henrique, vamos atrás de uma imagem ou uma fala e encontramos. Se se vai no Lula, até pouco tempo atrás ele dava patada nos repórteres: "não vou falar, não quero falar". Não fazemos um jornalismo oficial, noticiamos os fatos que acontecem.

Adusp - O sr. atuou como secretário de imprensa do governo militar de Costa e Silva. Gostaria de saber se foi discriminado pelos colegas ao deixar o cargo? E mais:

arrepende-se de ter assumido aquela função?

Carlos Chagas - Eu era editor político de O Globo e o governo me chamou dizendo que ia acabar com o AI-5. Por causa disso, estava mudando alguns auxiliares e gostaria que eu fosse para lá, para noticiar as reuniões que fazia com os juristas para elaborar um ante-projeto de Constituição e reabrir o Congresso Nacional. Fui e não me arrependo. Fui para executar este trabalho mas, na realidade, os fatos foram completamente diferentes: o Costa e Silva caiu doente (*teve um derrame cerebral*) quando faltava uma semana para completar a onda, ou seja, abrir o Congresso e acabar com o AI-5. Aí o vice-presidente, que pensava como ele e deveria ter assumido, foi preso. Assumi a junta militar e eu pedi minha demissão. Voltei para O Globo mais sujo do que pau de galinheiro. Fui para ser um secretário de imprensa que iria dar a notícia de uma possível abertura, mas acabei sendo aquele que deu a notícia da doença do presidente e da tomada do governo pelos militares. Voltei para O Globo e fiquei sendo visto como assessor da ditadura. Então, só tive uma saída: escrever uma série de 22 páginas de jornal, que saiu no O Globo e no Estadão, sobre aquilo que eu tinha visto. Aquela série me fez ficar de bem novamente com a profissão e com os colegas. Conte tudo o que tinha acontecido, a sacanagem no governo, aqueles que queriam abrir, aqueles que não queriam abrir, as brigas entre os generais. (*As reportagens renderam a Carlos Chagas o Prêmio Esso de Jornalismo, em 1970*).

DESMENTIR E DESMITIFICAR É PRECISO, PRIVATIZAR NÃO É PRECISO

Soraya Smaili
Francisco Miraglia



J á há alguns anos, os governos conservadores falam mal, repetida e incansavelmente, do sistema público universitário no Brasil. Entre outras coisas, a universidade pública é rotulada de perdulária, ineficiente e até mesmo de incompetente. Muitos são os clamores para a

reformulação do sistema e para a necessidade de torná-lo “moderno”. Durante o governo FHC, conservador como os anteriores, a cantilena não mudou: propala ser a universidade pública um serviço ineficiente que precisa ser reformulado, pela privatização, para tornar-se maravilhoso. O herdeiro dos descabros da

infindável lista de ministros da Educação do PFL, hoje seu aliado mais intransigente, quer fazer crer à opinião pública, nacional e internacional, que porque empresários não lucram com os serviços básicos, estes serviços não funcionam. Quem acredita?

De todo modo, o discurso da ineficiência tem servido como pretexto para o arrocho de salários e verbas, tendo a comunidade acadêmica vivido, nos últimos quatro anos, uma das maiores reduções orçamentárias que se tem notícia. Tática conhecida: o discurso da ineficiência acoberta a intenção da destruição.

Surpreendentemente, o molde utilizado como exemplo pelos nossos governantes continua sendo o sistema norte-americano (muito embora o francês, onde FHC diz ter trabalhado, fosse mais apropriado). Entre muitas inverdades – alguém acredita que o governo não saiba realmente como é? – afirmam que o nosso sistema está errado porque depende essencialmente de dinheiro público, enquanto o sistema norte-americano utiliza, principalmente, dinheiro privado para a manutenção de suas universidades e para a promoção da pesquisa e do desenvolvimento científico e tecnológico. Esta linha de pensamento certamente tornou-se muito mais forte quando muitos membros da comunidade acadêmica passaram a preconizá-la, como uma espécie de “canto da sereia”. Recentemente, em uma reportagem encomendada pela revista “Nature” (vol 392: 648, 1998), de grande circulação e impacto na comunidade científica, um professor da USP tenta mostrar à comunidade científica internacional que o Brasil, assim como o restante da América Latina, poderá se desenvolver e crescer num futuro muito próximo. Isso se a universidade pública (local onde a maior parte das pesquisas ocorre) aproveitar este momento para buscar outras formas de financiamento e se os seus docentes buscarem outras formas de ganhar a vida, que não dependa do setor público. Neste mesmo artigo, ele defende a venda de serviços como prioridade e a obtenção de salários através de consultorias, ou mesmo da utilização do conhecimento científico para a abertura de negócios privados e de interesse pessoal. Não é surpreendente que este discurso esteja tão bem articulado com o estrangulamento do orçamento e salários, criando um ambiente perfeito para a desobrigação governamental.

No entanto, quando conhecemos o sistema norte-americano mais de perto, podemos perceber que muitas das coisas que são propaladas e veiculadas como soluções são, na verdade, convenientemente distorcidas. Especialmente se levarmos em conta o momento de desespero e desorientação que vive o professor universitário e o cientista brasileiro, diante da falta de interesse político e econômico no nosso sistema. Em realidade, se analisado corretamente, chegamos a pensar que os nossos dirigentes e colegas acadêmicos, que distorcem as imagens, tentam fabricar a idéia de um enorme mito equivocado e opressor. Este grande mito se construiu com pequenas afirmações ou, porque não dizer?, pequenos mitos repetidos e popularizados no nosso cotidiano ao longo do tempo e que gostaríamos de analisar mais detalhadamente:

Mito N° 1:

“O governo americano não aplica grandes proporções em educação, pois o sistema é praticamente privado”.

Esta afirmação é completamente falsa. O governo americano gasta muito dinheiro em educação e pesquisa. O sistema é bastante diversificado e, de maneira geral, a maior parte do ensino é de responsabilidade dos Estados e Municípios. Mesmo assim, o governo federal aplica 30 bilhões de dólares anuais. Todos os Estados americanos têm o seu sistema estadual universitário, que conta com um grande número de universidades, escolas técnicas e institutos de pesquisa. Apenas no Sistema de Ensino de Maryland, o décimo terceiro no país, há 13 instituições públicas que gastam anualmente 1,7 bilhões de dólares, cerca de 1/3 dos gastos do governo federal brasileiro com suas 52 instituições. Só para ter uma idéia, em uma destas – a Universidade Federal de São Paulo (antiga Escola Paulista de Medicina) – o governo federal repassou a irrisória quantia de 23,6 milhões para despesas durante o ano de 1997 e destinou, para o ano de 1998, um valor ainda menor: 23,51 milhões. Como se não bastasse, os repasses feitos nos últimos quatro anos desconsideraram sistematicamente a inflação do período, que foi de mais de 40% (utilizando-se qualquer um dos índices existentes).

Mito Nº 2:**“O setor privado financia a maior parte das pesquisas”.**

O setor privado norte-americano certamente investe bastante em pesquisas e tem tradição neste tipo de financiamento. Ao contrário da indústria brasileira, que não financia pesquisas a menos que agências públicas de financiamento, como Fapesp e Finep, criem programas de interação, onde quem entra com o maior investimento e demanda é o erário público. Mais um exemplo da velha falcatura de privatizar os lucros e socializar as perdas, tradição da classe dirigente no Brasil.

No sistema norte-americano, o setor privado chega a investir 40% do total aplicado em pesquisa e desenvolvimento. Este total corresponde a 3,5% do PIB americano, que é de 7,1 trilhões de dólares. O governo norte-americano chega a aplicar mais de 50% dos gastos totais com pesquisa em desenvolvimento em todas as áreas. Somente na área de ciências biomédicas e ciências da saúde, através de seu Instituto Nacional de Saúde (National Institutes of Health), gasta 13,1 bilhões de dólares anuais (corrigidos anualmente em cerca de 3% de acordo com a inflação local). Dentre estes 13,1 bilhões, 7,4 bilhões destinam-se ao financiamento de pesquisa em diferentes universidades em todo o país, 1,12 bilhão para pesquisa dentro de seus institutos e o restante destina-se ao pagamento de estudantes e pós-doutorandos em treinamento. Estes valores não incluem os gastos com salários e não mencionam os gastos na área de humanas e exatas, especialmente nas engenharias, onde gastos vultuosos são realizados anualmente. No Brasil, os orçamentos das agências de financiamento de pesquisa não totalizam 1 bilhão de reais, aplicados em todas as áreas do conhecimento. Adicionalmente, em nível federal, os investimentos vêm sendo drasticamente reduzidos, chegando à cifra inacreditável de 10% de redução para o ano de 98.

Importante citar também que a pesquisa básica norte-americana é financiada, quase que exclusivamente, pelo dinheiro público. Há alguns anos, discutia-se no Congresso Americano uma redução neste item de despesa orçamentária. Presidentes e executivos de alta linha (CEO's), de algumas das maiores multinacionais do planeta, assinavam matéria paga no

Washington Post fazendo a defesa das universidades e da pesquisa financiada pelo dinheiro público. Afirmavam que, sem o investimento público de larga escala, estava ameaçado o “american way of life”. E argumentavam: a necessidade de lucro a curto prazo inviabiliza o investimento estratégico necessário para a produção de conhecimento das leis naturais, sem o qual é impossível o desenvolvimento tecnológico. A direção política do capitalismo pode ser tudo, mas não é intelectualmente raquítica. Ao contrário dos seus propagandistas nestes Estados Unidos do Brasil.

Mito Nº 3:**“Nos EUA, os investimentos em pesquisa destinam-se principalmente à pesquisa aplicada”.**

Somente como exemplo, tomamos a carta de intenções do Instituto Nacional de Saúde (NIH, Bethesda, USA) para o ano de 98. Lá, encontramos as áreas a serem priorizadas durante o ano: neurobiologia, genética, neurociência, biologia molecular. Todas áreas básicas do conhecimento em biologia e medicina. As cabeças pensantes do NIH sabem que o desenvolvimento destas áreas básicas serão de suprema importância para a compreensão da patogênese de diferentes doenças e para o desenvolvimento da terapêutica.

Neste mesmo documento, chama a atenção que a área de maior investimento e maior prioridade trata de “Novas Estratégias de Prevenção de Doenças”, o que denota mais uma diferença fundamental com o sistema brasileiro, que não tem tradição e não prioriza a prevenção de doenças.

Mito Nº 4:**“Os professores universitários e pesquisadores norte-americanos não têm salários e vivem de consultorias e prestação de serviços ou projetos”.**

Dados da Universidade de Maryland, instituição pública estadual, indicam os seguintes salários médios, correspondentes a dez meses do ano de 1998:

Instrutor:	US\$ 36.400
Professor Assistente:	US\$ 43.000
Professor Associado:	US\$ 50.300
Professor Titular:	US\$ 78.000

Durante os dois meses de verão, os professores podem optar por continuar trabalhando e, portanto, acrescentando seus salários. Estas cifras são típicas, pois as instituições preferem não perder pessoal simplesmente por diferenças salariais nominais e não incluem o valor recebido por consultorias. As médias acima são provenientes de listagem nominal publicada oficialmente pela Universidade de Maryland.

O salário anual do pessoal técnico-administrativo varia entre US\$ 25.000 e US\$ 51.000, dependendo do cargo ocupado.

Enquanto isso, nas universidades federais brasileiras, um titular com dedicação exclusiva pode ganhar 50 mil reais; um adjunto (com doutorado ou livre-docência), no último nível da carreira, pode chegar a ganhar um máximo de 35 mil reais e um assistente chega a apenas 29 mil (contando décimo terceiro salário e algumas gratificações também). Já sabemos que, sem a dedicação exclusiva, estes valores decrescem de 30 a 60%!

Mito Nº 5:

“Nos EUA, os professores das universidades e os pesquisadores dos institutos de pesquisa não têm estabilidade”.

Apenas no estado de Maryland, as universidades têm 9.362 professores e instrutores com “tenures”, o que é equivalente à estabilidade dos servidores no Brasil. Apenas uma das unidades do Instituto Nacional de Saúde (NIH) conta com 14.000 servidores federais, entre técnicos e investigadores que trabalham por cerca de 30 anos com estabilidade.

Estes foram alguns exemplos de análise crítica de afirmações que costumamos ouvir de pontífices. Assim como a natureza da sociedade americana tem raízes na sua história, a história social brasileira gerou especificidades que nos são próprias. A cópia pura e simples de políticas é, portanto, sem sentido. Mas esta obviedade não parece constranger aqueles que, interessados na destruição do sistema público, recomendam um arremedo, nem remotamente parecido com o original. Por que será que não recomendam tratamento penal para sonegadores de impostos? Ou escala progressiva para o imposto de renda?

Ou a publicação anual de todos os proventos que cada servidor público recebe do erário público (inclusive dos governantes)? Estes, e muitos mais, são procedimentos estabelecidos nos EUA!

É importante frisar que a indústria no Brasil não irá, a médio prazo, aplicar soma significativa de dinheiro em desenvolvimento tecnológico. Os grandes produtores de ciência aplicada têm os seus países sede como foco principal de investimento. Pretendem, isto sim, que brasileiros paguem, como valor agregado e gerando lucro, a pesquisa que fizeram nos seus laboratórios nos EUA, na Europa e no Japão (por exemplo, a indústria farmacêutica). A última coisa que lhes interessa é desenvolver competidores brasileiros. Uma proposta ilusória e enganosa, que não tem respaldo algum na evolução da conjuntura que estamos atravessando. A conclusão é simples: a educação, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico devem ser financiados pelo dinheiro público, em instituições públicas. Ou então a nossa dívida social não irá, jamais, deixar de crescer.

Não deixa de ser irônico descobrir que os exemplos mais comumente utilizados para nos oprimir, enquanto professores e pesquisadores, possam ser tão facilmente refutados. Provavelmente terminaríamos muito mais surpreendidos se estas mesmas considerações fossem feitas utilizando-se, como base, países com mais larga tradição em investimentos sociais e em educação pública, como a França e a Inglaterra.

Na realidade, ao pensarmos nos países chamados “desenvolvidos”, uma diretriz fica clara: não existe desenvolvimento e autonomia sem investimento maciço em educação e pesquisa em todos os níveis. Desta forma, é inaceitável que um professor e/ou um pesquisador não tenha um salário que o habilite a viver com dignidade, sem ter que ficar pensando em como vender a alma. Não precisamos copiar nenhum sistema, precisamos apenas aplicar o óbvio. Este mesmo óbvio que os nossos governantes fazem de conta que não vêem.

Soraya S. Smaili é Professora Adjunta do Departamento de Farmacologia - UNIFESP-EPM e Pesquisadora Visitante do National Institute of Health. Francisco Miraglia é Professor Associado do Instituto de Matemática e Estatística - USP e Professor Convidado da Universidade de Maryland.

A CRISE UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

Oswaldo Coggiola



A privatização da universidade e a destruição do ensino superior público não são um processo especificamente brasileiro, mas mundial, determinado pela crise estrutural do capital e suas conseqüências básicas nesse plano: a) A tendência do capital para a destruição, cada vez maior, do potencial produtivo da sociedade; b) A necessidade, para o capital, de reintegrar na sua órbita, como campo de investimento lucrativo, as atividades sociais que fugiram daquela, em primeiro lugar a educação, incluída a superior. A comparação desfavorável do Brasil e da América Latina com os países “organizados” (ou “desenvolvidos”) só é válida em termos pedagógicos ou propagandísticos, para demonstrar o modo especialmente perverso que aquela tendência mundial adota na periferia capitalista, e não como “exceção à norma”. Neste contexto, é lícito apontar que 80% da pesquisa, do orbadalado “modelo” das universidades privadas dos EUA são financiados por verbas públicas através de bolsas de pesquisa.

A explosividade da crise universitária em nível internacional está determinada pela massificação do ensino universitário depois da Segunda Guerra Mundial. Os EUA anteciparam o processo na “década dourada” de 1920, passando de 250 mil estudantes universitários, em 1900, para um milhão e meio em 1940 (na pós-graduação, as cifras respectivas são de 5.800 e 100 mil): uma sextuplicação. No país

havia 3 milhões de estudantes universitários em 1958 e 10 milhões em 1974: um crescimento muito superior ao demográfico. O próprio ensino secundário cresceu de 2,5 para 4,8 milhões somente nos anos 20 (um crescimento de 32% a 51% dos jovens em idade escolar).

Na França, o número de universitários passou de 150 mil estudantes em 1956 para 605 mil em 1967, sendo criado, então, um ministério exclusivo para as universidades. As cifras da ex-URSS são muito mais espantosas que as dos EUA e Europa. Na América Latina, também em 1950, havia 75 universidades com 270 mil alunos (2% dos jovens na idade universitária) e 25 mil professores. Em 1988, havia 450 universidades e 2.000 instituições de ensino superior, com mais de 6 milhões de alunos para as primeiras (um milhão e meio somente no Brasil, que tinha apenas 100 mil em 1960) e 500 mil professores: entre 10% e 15% dos jovens em idade correspondente (porcentagem muito inferior à dos EUA, Europa e Japão). Na “década perdida” (1980-90), as universidades cresceram 5% anualmente, apesar do retrocesso econômico.

Paralelamente, se desenvolve o que Ernest Mandel, em *O Capitalismo Tardio*, denominou a “constituição da pesquisa (produção de conhecimentos) em um ramo independente da produção”. As invenções em ciência e tecnologia cresceram 15 vezes nos EUA entre 1947 e 1967, enquanto o PIB só cresceu 3 vezes. Na América Latina, o processo foi desigual, dado que 50 das 450 universidades con-

centram 80% da pesquisa (no Brasil, as três universidades públicas paulistas concentram quase 60% da pesquisa). Na universidade, foi deslocada a figura do “professor” pela do “pesquisador que dá aulas” (ultimamente, na medida da exacerbação da desigualdade, a última está sendo substituída pelo “gerente de recursos econômicos e humanos” que, às vezes, dá aulas).

Proletarização

As razões do processo descrito se encontram, parcialmente, na necessidade de qualificação da mão-de-obra de um capitalismo em expansão (1945-1970) e, também, nas concessões feitas pelo capital para evitar desenvolvimentos revolucionários no pós-guerra ou, o que é o mesmo, na pressão dos trabalhadores e da população explorada (sendo este, um fator decisivo nas últimas décadas de contração econômica). Classes e camadas sociais, antigamente marginalizadas da universidade, passaram a ter acesso a ela.

As conseqüências do processo universitário, e educacional em geral, são múltiplas. Por um lado, a proletarização do professorado (que deixa de ser um setor de “elite”), o que o leva a adotar os métodos de organização e luta dos trabalhadores em geral: na França, se constitui a central FEN (Federação da Educação Nacional) que compete com as centrais sindicais; surge a CTERA na Argentina e o poderoso sindicalismo educacional no Brasil e no México, assim como as centrais continentais e mundiais

(CEA, CMOPE etc.). Surge em todas as partes um inédito sindicalismo universitário e o setor professoral em geral passa do “associaционismo” (de características aclassistas e corporativas) para o sindicalismo de classe em todos os níveis do sistema educacional. No Brasil, a Andes surge com o sindicalismo combativo da década de 70, transformando-se em sindicato nacional a partir de 1988, sendo precedida pela “metamorfose sindical” das associações do professorado brasileiro de 1º e 2º graus .

Privatização

É no quadro da crise que a questão da privatização assume formas brutais: a educação - a educação superior em especial - deve ser transformada em um “negócio” para um capital em crise, desesperado por novos campos de exploração lucrativa, assim como acontece com a previdência, a saúde etc. (este é o fundo de classe que se esconde por trás das argumentações oficiais relativas ao equilíbrio das contas do Estado). A PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 370 mereceu um comentário inapelável da Andifes: “A redação do parágrafo primeiro não garante que as universidades permaneçam como pessoas jurídicas de direito público, permitindo que a legislação infra-constitucional possa torná-las pessoa jurídica de direito privado, regidas pela legislação ordinária civil”.

A privatização assume diversas formas, desde o argumento cínico da “captação de recursos externos”,

que caracteriza a “privatização branca” das maiores universidades públicas, até a privatização por decreto nos elos mais fracos da corrente (Tocantins, Bahia). Trata-se de uma tendência internacional, como revela o seguinte comentário à nova Lei de Ensino Superior, recentemente aprovada na Argentina, realizado pelo jornal *Prensa Obrera*: “É uma lei de confiscação do salário, de tornar a educação paga e de destruição da universidade pública. Porque o ‘financiamento externo’ só servirá a cátedras e departamentos isolados, deixando a grande maioria das atividades sem saída. Não existe no projeto nenhum conceito pedagógico, só adequação aos requerimentos de um capitalismo em crise, que tem que arrasar com as conquistas educativas da população para defender seu lucro”.

No Brasil, a mesma tendência toma a forma institucional do Pro-nex, que pretende instaurar as “ilhas de excelência” (capitalista) e o salve-se-quem-puder para o restante, para o qual irão institucionalizar a autonomia financeira para as Universidades, para que elas possam, “livremente”, trabalhar e ser transformadas em empresas. Essa é a transformação global que a burguesia quer para a Universidade: cortam verbas, selecionam as que irão receber as migalhas, mudam seus cursos e pesquisas em função das necessidades do capital (as “parcerias”) e privatizam seus espaços para que as empresas lucrem mais.

Daí a necessidade de alterar o artigo 207 da Constituição Federal, que rege a autonomia universitária

e as responsabilidades da União junto às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Com a PEC-370, abre-se a possibilidade de acabar com a autonomia universitária, pois as alterações propostas podem abrir brechas jurídicas que possibilitariam o início do processo de privatização das universidades públicas, desresponsabilizando progressivamente o Estado brasileiro do financiamento público das IFES e dando total liberdade às instituições particulares de ensino superior de tornarem-se verdadeiras “fábricas de diplomas”.

A argumentação em favor da desqualificação dos *currículos* (inclusive o das Escolas Técnicas), em função das “novas tecnologias”, foi já apresentada de maneira cínica e ideológica (isto é, através de uma inversão da realidade), em documento da Fiesp de 1990: “A carência de pesquisa básica e aplicada, a escassez de mão-de-obra especializada e a rápida obsolescência das inovações tornaram os investimentos em setores de alta tecnologia os mais arriscados em um país de industrialização recente como o Brasil. Uma ênfase maior em tecnologia de ponta deverá ocorrer quando o país estiver apto a investir maior parcela de recursos na formação de capital humano e P&D”.

Mais direta e menos diplomáticamente, o mestre analfabeto portenho de nosso diplomado “príncipe” tupiniquim justificava assim, recentemente, as mudanças curriculares e a privatização geral do ensino na Argentina: “Quem tem mais futuro no mercado de traba-

lho, um menino que tem o primário e o secundário, mas que não sabe trabalhar num computador, ou um analfabeto que maneja um computador? Vamos para um mundo da tecnologia, do saber” (Carlos Menem). É isso que eles querem: analfabetos com computador...

A tendência geral é: privatização do ensino superior; cortes nos orçamentos públicos de pesquisa (em especial de pesquisa básica), desvalorização dos diplomas, desqualificação do trabalho universitário.

Decomposição capitalista

Através da privatização, é um processo de desqualificação geral dos diplomas universitários o que se pretende, em nome das “novas tecnologias”. Um dos ideólogos da “cyber-educação” afirma isto de modo messiânico: “Já se passaram 2.500 anos desde a época de Sócrates, Platão e Aristóteles. Desde então, criamos naves espaciais, biotecnologia, engenharia genética, lasers, radioastronomia, matemáticas não-lineares, teoria do caos, satélites, supercomputadores, TV interativa e inteligência artificial. Chamamos isso de progresso. Mas o que acontece na educação? Dois milênios e meio depois, ainda pomos alunos em uma sala de aula com uma autoridade que lhes ensina por períodos determinados de tempo. Avançamos muito pouco desde o paradigma educacional usado por Sócrates e seus discípulos”.

A universidade “sem paredes, sem salas de aulas e sem... professores” com que sonha, já não é mais uma universidade. E também não o são os “entes” favorecidos pelas recentes políticas do CNE

com o *label* institucional de universidade. Sobre os quais a *Veja* comenta que “alguns dos cérebros mais brilhantes, muitos dos cientistas mais prolíficos, gente que devotou décadas à busca do conhecimento e ao ensino de gerações, estão abandonando a universidade pública e batendo às portas de escolas particulares -as mesmas que até dez anos atrás, em tom de chacota e desprezo, eram chamadas de “caça-níqueis”, “arapucas” e “pagou-passou”.

O toque cínico vem por conta dos comentários dos responsáveis da política governamental: “No curto prazo, será o caos. As faculdades públicas estão se desestruturando e as particulares ainda não conseguem oferecer uma alternativa à altura”, sentencia a professora Eunice Durham, aposentada pela USP, consultora do Ministério da Educação. “Essa migração desmonta grupos de pesquisa armados ao longo de décadas e tira lideranças importantes do cenário”, acrescenta Abílio Baeta Neves, secretário de ensino superior do MEC.

A tendência geral é: privatização do ensino superior, cortes nos

orçamentos públicos de pesquisa (em especial de pesquisa básica), desvalorização dos diplomas, desqualificação do trabalho universitário. Nos EUA, certamente, o setor privado chega a investir 40% do total aplicado em pesquisa e desenvolvimento. Este total corresponde a 3,5% do PIB americano, que é

de 7,1 trilhões de dólares. O governo norte-americano chega a aplicar mais de 50% dos gastos totais com pesquisa em desenvolvimento em todas as áreas. Somente na área de ciências biomédicas e ciências de saúde, através de seu Instituto Nacional de Saúde (*National Institute of Health*), gasta 13,1 bilhões de dólares anuais (corrigidos anualmente em cerca de 3% de acordo com a inflação local). Dentre estes 13,1 bilhões, 7,4 bilhões destinam-se ao financiamento de pesquisa em diferentes universidades em todo o país, 1,12 bilhão para pesquisa dentro de seus institutos e o restante destina-se ao pagamento de estudantes e pós-doutorados em treinamento.

Estes valores não incluem os gastos com salários e não mencionam os gastos na área de humanas e exatas, especialmente nas engenharias, onde gastos vultuosos são realizados anualmente. Mas isto se dá num sistema que “nasceu” privado, o que significa que a iniciativa privada e a “captação de recursos externos” (no setor privado) foi, historicamente, incapaz de manter um sistema universitário

no país capitalista mais desenvolvido do planeta. Por outro lado, entre 92 e 97, a iniciativa privada nos EUA manteve constante seu investimento em ciência básica (7 bilhões de dólares anuais). No entanto, o investimento em pesquisa aplicada saltou de 26 para 32 bilhões e o investimento em desenvolvimento de novas tecnologias foi de 86 para 114 bilhões de dólares anuais.

Se, na Europa, esse processo avança, na periferia é arrasador: 580 mil estudantes “à distância” na Turquia, 353 mil na Indonésia, 242 mil na Índia, 217 mil na Tailândia, 211 mil na Coréia, 530 mil na China, que “produz mais de 100 mil graduados à distância por ano, com mais da metade dos 92 mil graduados em engenharia e tecnologia obtendo seu diploma através dela”.

O “mercado educacional”

O processo é mais claro na Europa, onde a escola é definida como “o grande mercado do século XXI”. O volume desse “mercado” está calculado em “um trilhão de dólares, (que é) segundo a OCDE, o montante dos gastos anuais dos seus Estados-membros em educação. Esse ‘mercado’ é muito cobiçado. Quatro milhões de professores, 80 milhões de alunos, 320 mil estabelecimentos escolares (entre os quais 5.000 universidades e escolas superiores da União Européia) estão na mira dos mercadores. Mas serão necessários muitos esforços para concretizar o que seria o desmonte do essencial do serviço público da educação”.

O instrumento fundamental da penetração do setor privado na educação e o “ensino à distância” que permitiria introduzir, de acordo com um documento da Comissão Européia de 1990, “critérios de rentabilidade”. Em maio de 1991, se

define que “uma universidade aberta é uma empresa industrial, o ensino superior à distância é uma nova indústria (que) deve vender seus produtos no mercado do ensino contínuo, regido pelas leis da oferta e da procura”. Se trata de introduzir mais rapidamente as pessoas no mercado de trabalho, fazendo com que completem a sua formação já como trabalhadores (e não como estudantes universitários, momentaneamente fora do mercado de trabalho), o que, além de pressionar para baixo os salários, desonera as empresas do financiamento público (através dos impostos) das universidades, transformando estas num “negócio”, pois, como diz claramente um informe de 1996 da OCDE, é necessário “um engajamento maior dos estudantes no financiamento da maior parte dos custos da sua educação”. Em outras palavras, o ensino pago e desqualificado (pois carente da interação professor-aluno em sala de aula).

Assim, as novas tecnologias, sob a égide do capital, são postas a serviço dos objetivos destrutivos enumerados acima. Se, na Europa, esse processo avança, na periferia é arrasador: 580 mil estudantes “à distância” na Turquia, 353 mil na Indonésia, 242 mil na Índia, 217 mil na Tailândia, 211 mil na Coréia, 530 mil na China, que “produz mais de 100 mil graduados à distância por ano, com mais da metade dos 92 mil graduados

em engenharia e tecnologia obtendo seu diploma através dela”. Com um debate crítico nulo e, *last but not least*, sem nenhum movimento estudantil (que, na China, desde 1911 até 1989, sempre criou problemas aos poderosos de plantão).

Os cortes na pesquisa básica e a privatização são duas caras da mesma moeda. A redução das verbas públicas não expressa cabalmente a profundidade do processo, pois as verbas remanescentes destinam-se crescentemente a “parcerias” com o setor privado (como na badalada colaboração Fapesp/Fiesp), em que o setor público entra com os gastos a fundo perdido e o setor privado com o produto final, e condicionando o direcionamento da pesquisa.

Recentemente, em uma reportagem publicada pela revista *Nature*, de grande circulação e impacto na comunidade científica, um professor da USP tentou mostrar à comunidade científica internacional que o Brasil, assim como o restante

da América Latina, poderá se desenvolver e crescer num futuro muito próximo. Isto, se a universidade pública (local onde a maior parte das pesquisas ocorre) aproveitar este momento para buscar outras formas de financiamento, e se os seus docentes buscarem outras formas de ganhar a vida, que não dependa do setor público. Neste artigo, ele defende a venda de servi-

ços como prioridade e a obtenção de salários através de consultorias, ou mesmo da utilização do conhecimento científico para a abertura de negócios privados. “Não é surpreendente que este discurso esteja tão bem articulado com o estrangulamento do orçamento e salários, criando um ambiente perfeito para a desobrigação governamental”.

Sucateamento

O sucateamento das universidades públicas no Brasil se produz dentro deste quadro mundial, comandado pelo capital financeiro internacional, do qual o governo FHC é, em última instância, o agente. Isto não poupa sequer a “ilha de excelência” da USP, que tem perdido 800 docentes nos últimos cinco anos (à razão de 150 por ano), totalizando atualmente 4.700 docentes na ativa. Mas o seu alvo fundamental é o sistema federal de ensino superior, que agrupa 52 universidades, com 42 mil docentes, 450 mil alunos e 1.700 cursos de

O crescimento do setor federal (e estadual), durante os anos de crescimento econômico das últimas três décadas, foi bem inferior ao do setor privado (generosamente subsidiado), ao ponto que, em 1964, 80% das vagas eram oferecidas em universidades públicas e 20% nas privadas. Hoje, essas porcentagens se inverteram.

pós-graduação, com um orçamento de R\$ 6,4 bilhões (sendo que as universidades privadas recebem R\$ 1 bilhão em subsídios diretos do Estado, além das mensalidades dos alunos e outras formas de financiamento; os 6,4 bilhões, por outro lado, são um “ilusionismo orçamentário” do governo, segundo denuncia da Andes, pois, por exemplo, bem mais de 400 milhões correspondem à execução de precatórios de passivos trabalhistas, que são responsabilidade exclusiva do governo, não das universidades).

O crescimento do setor federal (e estadual), durante os anos de crescimento econômico das últimas três décadas, foi bem inferior ao do setor privado (generosamente subsidiado), ao ponto que, em 1964, 80% das vagas eram oferecidas em universidades públicas e 20% nas privadas. Hoje, essas porcentagens se inverteram. Nos últimos anos, ao calor da crise, o processo se acelerou brutalmente, com o crescimento dos subsídios ao setor privado, o arrocho orçamentário das IFES, a impo-

sição da “autonomia financeira” às universidades estaduais e os subsídios ao grande capital que quebraram a sua fonte orçamentária (as grandes plantas automotrizes de SP deixaram de pagar ICMS por autopartes, assim como outros setores por exportações), a instalação de um escritório do BID no MEC e a submissão a um documento do Banco Mundial (1995) “desaconselhando o estí-

mulo” às universidades públicas, a “privatização branca” das IFES e IEES através de uma verdadeira invasão de “fundações” (de direito privado), a privatização brutal, pura e simples, nos elos mais fracos da corrente (Tocantins, Bahia) e, finalmente, o desenvolvimento de cursos (pagos) à distância, de Harvard ou do MIT, via Internet.

Reforma educacional

O debate sobre a “reforma universitária”, ora em curso, parte do pressuposto da inadequação da atual estrutura à “realidade”, mas fazendo completa abstração dessa mesma realidade, que é a de um capitalismo mundial no seu período de declínio histórico (imperialista), padecendo da sua crise econômica mais profunda e comandando um processo de destruição sistemática das forças produtivas sociais. Toda a questão consiste em saber se a universidade brasileira vai se adaptar a esse processo ou vai resistir a ele organizadamente.

Não se pode discutir “reforma” ignorando que as verbas para educação caíram 19,57% no governo FHC, que foram gastos R\$ 45 bilhões para pagamento da dívida externa, enquanto a educação recebeu apenas R\$ 9 bilhões.

Tudo com a ingerência direta do FMI e do Banco Mundial que, juntamente com a Unicef e a Unesco, promoveram a Conferência Mundial de Educação em 1990, na Tailândia, onde foram traçadas as metas do imperialismo com relação à educação nos países “subdesenvolvidos”.

O governo FHC batizou como “plano” e “reforma” um conjunto de medidas carentes de qualquer projeto e coerência interna, além do seu reacionarismo. A sua política, através da emenda constitucional nº 14 e da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), vem trazendo consequências catastróficas para a já combatida educação pública. Garantindo formalmente a obrigatoriedade e gratuidade apenas para o ensino fundamental (1ª a 8ª séries), a reforma desobriga o governo da manutenção dos outros níveis de ensino, o que representa uma drástica redução de investimentos para a educação. Em decorrência destas medidas, estimula a privatização do ensino médio e superior, relegados a último plano.

Outro elemento de arrocho é o chamado processo de avaliação de rendimento. O art. 9º da LDB define como uma das incumbências do governo federal “assegurar o processo nacional de avaliação de rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em

colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridade e a melhoria da qualidade de ensino”. Ou seja, em decorrência das enormes dificuldades de funcionamento, oriundos da escassez de investimentos, bem como da corrupção que alimenta todas as esferas do Estado, principalmente os níveis de ensino médio e superior públicos, cuja oferta não é considerada como prioridade do governo, serão avaliados da forma negativa e, conseqüentemente, receberão menos verbas.

Como já foi dito, “o PNE/MEC representa uma versão cujo eixo no ensino fundamental é o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério), no ensino médio é o Decreto 2208/97 e, no ensino superior, é a PEC 370/A/96 (que modifica o artigo 207 da Constituição, referido à Autonomia Universitária). É uma construção inconsistente do ponto de vista teórico, pois não fixa o financiamento para as metas propostas, não apresenta um diagnóstico da educação brasileira e apela para a responsabilidade da sociedade na forma do ‘voluntariado’ para resolver as questões da educação. Prevê um acréscimo financeiro global na base de 0,1% do PIB anual, para alcançar ao final de 10 anos os 6,5% recomendados pela Unesco”.

A ofensiva de FHC

Enquanto entretinha a “opinião pública” com seus grandiloquentes “planos”, a política do governo

FHC verificava-se no dia-a-dia. Permitiu-se que o sistema federal ficasse com uma lacuna de mais de 7.000 docentes definitivos, cujas funções passaram a ser exercidas por “professores substitutos”, com salários simbólicos. Dentro do “Pacote Fiscal” de outubro de 1997 (destinado a conter o “contágio” da “crise asiática”), foram retirados R\$ 450 milhões do sistema federal de fomento à pesquisa (Capes/CNPq), ao mesmo tempo em que se propunham R\$ 300 milhões para as universidades particulares. Nas universidades federais, a deterioração salarial chegou ao ponto em que o salário de um professor universitário com mestrado, em regime de 40 horas de trabalho, é de R\$ 589,00, salário inferior ou equivalente ao de categorias da sociedade de nível médio, sem nenhuma formação universitária.



Em 1998, o MEC decidiu ir além, lançando três propostas básicas: a) o ensino pago (“queiramos ou não, a cobrança de mensalidades ou de anuidade está na agenda”, disse o ministro Paulo Renato), em que pese já estar demonstrado que ele não cobriria 10% do orçamento universitário – se todos pagassem – e que 60% dos alunos das IFES não teriam condições de pagar; b) a instauração em nome de uma “autonomia financeira” – contida na PEC 370, em tramitação desde 1995 – de um verdadeiro salve-se-quem-puder, justificado em que “o modelo de financiamento da universidade (por verbas públicas) está falido e não abre possibilidades de expansão” e defendido pelo Estado de S. Paulo com o delicioso argumento de que “a captação de recursos fora da administração pública é um caminho a ser experimentado,

desde que se abandonem os preconceitos que há na comunidade acadêmica pública contra os empresários. As universidades teriam muito a aprender e a ganhar se vencessem esse preconceito”; c) a vinculação dos salários docentes à produtividade, especificamente horas-aula (como se os docentes não preparassem aula, não dessem plantão, não fizessem pesquisa e/ou extensão), numa aproximação não tanto ao regime “horista” das “fábricas de diplomas” particulares e, sim, ao “salário por peças” anterior à legislação trabalhista.

O *Estadão* teorizou cingidamente: “parcerias, convênios, flexibilização da universidade são os caminhos que se abrem”; em outras palavras, virem-se como puderem. A famosa “avaliação”, reclamada pelo governo como “instrumento de controle do uso das verbas públi-

cas”, tirou definitivamente a sua máscara, revelando-se um instrumento de chantagem financeira sobre as universidades e sobre os próprios docentes.

A greve nas federais

Com 1.175 dias sem reajuste e uma deterioração salarial calculada em 48,65% nesse período, a raiva acumulada dos professores explodiu da única maneira possível: a greve por tempo indeterminado, reivindicando esse reajuste. Ela foi deflagrada quando o MEC – depois de ignorar a pauta de reivindicações há tempos entregue pelo Andes – anunciou o PID (Programa de Incentivo à Docência), prevendo reajustes diferenciados, abaixo da inflação, vinculados à produtividade e excluindo os aposentados e os docentes de 1º e 2º graus vinculados às IFES, ou seja, vinculando de um só golpe arrocho, flexibilização e exclusão, no que foi qualificado pela ADUnB de “ignóbil, indecente, imoral e maquiavélico”.

A essência do PID já foi denunciada quando se analisou que, “em nome da flexibilização, postula-se para as instituições públicas a eliminação do regime jurídico único, do concurso público e da dedicação exclusiva ao exercício da docência”. Junto a isso, além do PID não contemplar o conjunto da categoria docente, pois a ele teriam acesso, no máximo, 30% dos especialistas, 50% dos mestres e 60% dos doutores, ficariam também dele excluídos aqueles que atualmente possuem somente a graduação e os professores apo-



sentados, muitos dos quais optaram por esta condição em virtude das ameaças de abolição de seus direitos pelas reformas administrativa e da previdência.

Estavam também sumariamente excluídos do PID todos os docentes que atuam no ensino de primeiro e segundo graus, das universidades federais e nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Tudo isso dentro de uma estratégia bem ampla do governo de destruição da universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade: desta estratégia fazem parte, além do arrocho salarial, a não renovação dos quadros através de concurso público, a precarização do trabalho docente com a crescente contratação de professores substitutos, a política de privatização interna através do estímulo à disseminação das fundações de direito privado e o corte de verbas para a renovação das bibliotecas, a manutenção dos laboratórios e equipamentos e as demais despesas das instituições.

Iniciada no final de março, a greve dos docentes federais estendeu-se por 103 dias, comovendo a sociedade brasileira como nenhum outro movimento de luta no presente ano. Foi a greve mais longa da categoria em toda a sua história. Contrariando o desprezo inicial do MEC, ela ganhou rapidamente 49 das 52 IFES, conquistando adesão de 100% na maioria delas, radicalizando-se ao ponto de 19 professores iniciarem uma greve de fome em Brasília, que durou duas semanas. O sucesso do movimento foi garantido pelo fato da condução da

greve estar sob a responsabilidade do Comando Nacional de Greve, com representantes eleitos em assembleias de base e apoiado permanentemente em comandos locais de greve igualmente eleitos.

Recuo e Crise

O recuo do governo no decorrer da greve foi impressionante. Primeiro, com a rejeição de fato do PID pelo Congresso Nacional (mediante a supressão do artigo 6º da Medida Provisória que o instaurou), submetido à pressão da greve. A 24 de abril, o Ministro Paulo Renato anunciou modificações no PID e tornou-o capaz de abranger até 90% dos professores universitários. Isto foi rejeitado, assim como a tentativa, feita no início de junho, de estender aos professores e aposentados sem pós-graduação a gratificação até então prevista apenas para mestres e doutores. Mesmo assim, o Comando Geral de Greve dos professores não aceitou a proposta do governo, apoiado na decisão nesse sentido de 45 assembleias de base, que reafirmaram a reivindicação de aumento salarial homogêneo. Em maio, o MEC-FHC lançou sua cartada máxima, a retenção dos salários para quebrar a greve e colheu um novo fracasso.

A extensão e a profundidade da greve fizeram explodir o quadro até então restrito e em surdina do debate sobre a reforma universitária que, junto com a própria greve, ganhou manchetes e páginas nobres dos jornais, assim como os principais espaços da TV. A

crise ganhou a própria estrutura administrativa, com os reitores das universidades pronunciando-se contra a retenção dos salários. A direita teve como porta-voz o ex-ministro de Collor (e ex-reitor da USP) José Goldenberg, que passou a denunciar a “irresponsabilidade cívica” nas universidades: “Não há solução de médio e longo prazos para o problema das universidades federais sem resolver o problema da autonomia, e é isso que o ministro Paulo Renato deveria estar fazendo, em lugar de regatear com os grevistas o percentual do seu aumento salarial ou reter o seu salário.”

A assessora de FHC, Eunice Durham, pôs o grito no céu: “O sistema financeiro das universidades está podre”. Propôs “uma emenda constitucional que não só assegure a autonomia, mas também garanta, por meio de uma subvinculação de 75% dos recursos destinados à educação, o financiamento público das universidades”. E pôs o dedo na ferida ao reconhecer que “se fosse possível para o governo, hoje, atender às reivindicações dos docentes, concedendo o aumento salarial linear, as universidades seriam apaziguadas, a discussão cessaria e nenhuma reforma seria feita”. Trocando em miúdos, que na greve estava em jogo muito mais do que o salário: ela punha em questão toda a política universitária (e, até certo ponto, educacional) do governo FHC.

Oswaldo Coggiola é professor livre-docente do Departamento de História da FFLCH-USP e vice-presidente da Adusp.

MESTRADO PROFISSIONALIZANTE, UMA QUESTÃO QUE PERMANECE

Renato Vargas

O mestrado profissionalizante finalmente encontra-se em processo de instauração em quatro unidades, com regimentos aprovados nas CPGs e prontos para serem implantados a partir da aprovação na Pró-Reitoria de Pós-Graduação. O conteúdo destes projetos ainda são desconhecidos da comunidade USP devido à falta de discussão e divulgação, o que motivou a elaboração deste documento como subsídio para seu melhor entendimento. O documento foi realizado a partir da experiência do

processo de aprovação do Regimento do Mestrado Tecnológico, pela CPG da Escola Politécnica da USP, e descreve sucintamente algumas características essenciais deste novo curso e as questões que permanecem sem resposta. Evidentemente que, para outras áreas de conhecimento, devem ser agregados alguns tópicos diferenciados para contemplar suas especificidades.

O processo de discussão do Mestrado Profissionalizante proposto na CPG da Poli foi iniciado em 16/02/98 e finalizado em 30/03/98; entre extraordinárias para este fim específico, e regulamentares, as

poucas reuniões realizadas neste espaço de tempo não permitiram um aprofundamento nas questões básicas que surgem naturalmente a partir das principais características desta nova modalidade:

- O mestrado proposto será oferecido exclusivamente através de convênios com empresas, sendo o público-alvo somente os funcionários designados pelas empresas, e vetada a possibilidade de execução de disciplinas deste curso por alunos do mestrado acadêmico (ora em vigência) e vice-versa.

- Tem público-alvo, finalidades, disciplinas e dissertação de mestrado diferentes, mas terá reconhecimento como curso *stricto sensu*, mesmo do mestrado acadêmico.

- A ênfase deste curso será na execução de disciplinas em detrimento da pesquisa.

- A contrapartida pela utilização das instalações e o gerenciamento dos recursos provenientes deste curso, que deve ser auto-financeável, não foi definido no âmbito da Escola Politécnica.

A partir destas peculiaridades do Mestrado Profissionalizante (sob o nome de mestrado tecnológico na EPUSP), formulamos algumas questões que ainda não receberam respostas:

- Quais as conseqüências desta modalidade de mestrado sobre o atual sistema de pós-graduação, mais especificamente com relação à dedicação dos professores na docência e orientação de uma nova demanda de pós-graduandos, ou, como evitar que professores remunerados por esta nova modalidade não canalizem seus trabalhos preferencialmente para esta nova fonte de recursos e não abandonem o atual sistema?

- Como atribuir o mesmo caráter de mérito para dois cursos com público, disciplinas, sistema de avaliação e finalidades diferentes?

- Se a ênfase é dada às disciplinas e não à pesquisa, por que não caráter *lato sensu*?

- Se o curso será auto-financeável, sem definição (até o momento) de contrapartida para a universidade que cede horas de professores, instalações de laboratórios e salas de aula; impossibilita a participação dos alunos de pós-graduação do sistema atual nas disciplinas e não tem ênfase em pesquisa, qual o interesse de uma universidade na adoção de um curso deste

tipo ou, de outra maneira, para quê e para quem serve esta modalidade de curso?

- A mudança de critérios de oferecimento de mestrado, através de contratos de exclusividade com empresas privadas, não está em confronto com o caráter público da Universidade?

- Os trabalhos produzidos (produtos, tecnologias) no mestrado profissionalizante serão de domínio público ou estamos diante de um paradoxo entre o caráter público das pesquisas e a competitividade empresarial?

Estas questões foram colocadas pelos alunos da Escola Politécnica da USP em reuniões da CPG, mas não foi possível avançar nas suas respostas pela exigüidade do tempo face à complexidade do tema. Poderia ainda ser acrescentado, a estas questões, que o plano de discussão, na verdade, é anterior ao mestrado profissionalizante e reside na problemática relação entre universidade e empresa, tema polêmico com uma história longa, mas que normalmente se perde na parcialidade dos analistas e encontra-se muito longe de qualquer equacionamento que contemple os objetivos das partes.

Portanto, mais uma vez é colocada a questão do Mestrado Profissionalizante, mas observamos que agora discutimos sobre projetos concretos, que são procedentes pois respondem a uma demanda que reconhecidamente existe, geram uma alternativa ao sistema de pós-graduação que se encontra em dificuldades e promovem uma aproximação com o mercado de trabalho. Estas qualidades devem ser analisadas, assim como o “purismo acadêmico”, que faz parte das críticas de diversos segmentos à universidade e, muitas vezes, impede sua maior integração na sociedade, também merece uma reavaliação. Entretanto, para saneamento de problemas existentes e no interesse de atender novas demandas, não podemos aceitar passivamente qualquer “solução”, pois é evidente que ela tem uma ideologia e traz consigo respostas apenas para uma parte interessada. Por isto, não podemos nos eximir da participação na discussão das propostas alternativas que vão aparecendo e devemos estar atentos e bem informados para melhor tratamento desta questão.

Renato Vargas é representante discente na Câmara Curricular do Conselho de Pós-graduação e integrante da comissão instituída pela reitoria para analisar o tema “Mestrado Profissionalizante”.

IMPOSTURAS ALEATÓRIAS

Em abril deste ano, a Revista Adusp reproduziu poemas do cineasta cubano Tomás Gutiérrez Alea, publicados originalmente em 1949.

O livro Reflejos, edição do autor, foi trazido ao Brasil, e posteriormente devolvido a Cuba, por Paulo Henrique Martinez. Para apresentar os poemas de Alea, que estavam perdidos em um sebo cubano, Paulo Henrique escreveu o artigo "Reflexos Cuba-Brasil, uma crônica de realismo mágico". Baseado nesta apresentação, o mestrando pelo Departamento de Filosofia da USP, Denilson Soares Cordeiro, redigiu uma crônica em que ele imagina uma espécie de conversa (quase) epistolar, muito ao sabor daquilo que ele afirma se convencionou chamar de "realismo mágico" ou fantástico na literatura latino-americana.



"¿ Por qué persistes, incesante espejo?
¿ Por qué duplicas, misterioso hermano,
El menor movimiento de mi mano?
¿ Por qué en la sombra el súbito reflejo?"

(Jorge Luís Borges, *Al espejo*,
in: *La rosa profunda*, O.E., p. 109)

"Nadie me diga que miento
Que lo prefiro de veras."
(José Martí, *Versos sencillos*,
O.E., v. 2, p. 519)

Nunca fui dado a pensar muito sobre cinema ou poesia, embora a cultura na qual me formei tenha alguma tradição nestes assuntos. Estivera durante o último mês no Brasil, participando de um congresso estudantil. Acomodei-me, de acordo com meus poucos recursos, em um hotelzinho no chamado centro velho de São Paulo. Dali não podia ver muito mais do que um caco da cidade, o que vinha a confirmar as palavras de um compositor baiano que diz que aqui (lá) tudo parece que é construção quando já é ruína. Voltei à minha Cuba. E ia mais ou menos por esta vereda a exaltação de minhas lembranças quando, já em casa, recebi um misterioso embrulho.

Na minha ausência, alguém deixara sob meus cuidados um livro que deveria ser entregue a um tal Raúl Rodríguez, de quem, no en-

tanto, jamais ouvira falar. Entre atônito e curioso, folhee a pequena brochura que atendia pelo enigmático nome de Reflejos: poemas lírico-metafísicos de Tomás Gutiérrez Alea; preparação da edição bilingüe, introdução e notas por Paulo Henrique Martinez, São Paulo, 1998. Daí foi um passo à conclusão: quanto mais procurava compreender o que acontecia, mais dificuldades pareciam se somar com a original. Do autor dos poemas só sabia que era cubano e, senão me engano, cineasta; quanto ao organizador, procurava revirar minha memória brasileira em busca de alguma reminiscência. Doce ilusão: nada surgia. O volume trazia uma dedicatória: "Para o amigo Raulito, con afecto y simpatía, Paulo Martinez. 15/maio/98".

Saí do meu quarto e fui procurar meu tio, Pino Zito, que recebera a "encomenda" na minha ausência. Chego repentino e dou de cara com a compenetração dele debruçado sobre outro livro. Indagado, a resposta é tão distraída quanto sibilina: a chanchada brasileira, de Afrânio Catani. Como a multiplicação dos reflexos em um espelho quando diante de um outro, o enigma se expandia. Meu tio contou que uma certa Ana aparecera com o dia, encantara-o com a doçura de sua voz falando sobre os lugares onde passara, deixara o livro e partira com a noite, segura de que a entrega era tão certa quanto a ternura que ainda inunda os olhos daquele velho. Pelo que disse, o casarão deste Centro Havana não poderia conhecer alubrimento maior.

As veleidades literárias de tio Pino Zito subtraíram-me por instantes da investigação. Voltei ao meu quarto, puxei uma cadeira e, da janela, dei para observar os passantes. Inconsolado, impunha a cada transeunte um desmascaramento do que ele provavelmente pouco desejara ser, buscava expurgar o tormento ante o desconhecido distribuindo e amplificando imperfeições a torto e a direito. Do outro lado da rua, pude notar um homem de uns trinta anos que parecia satisfeito, olhava a rua como se o sol, a brisa e a música destes recônditos da velha capital cubana pudessem lhe servir de alimento; do alto das janelas do Hotel Habana Libre, ele prestava especial atenção nos livros que jaziam expostos na calçada. A fumaça dos chevrolés e uma certa poeira do tempo anuviaram minha vista e não pude me impedir de perder a atenção. Paulatinamente, fui baixando a cabeça e deitei o volume no chão. Acordei já noite alta em minha cama e, não sei porque motivos, recordava-me claramente que, em sonho, comia tranqüilamente morangos com chocolate no Kopélia, enquanto lia os tais misteriosos poemas. Jamais pude encontrar o "real" destinatário daquele livro; o acaso(?) atribuíra-lhe minha estante e algum tempo depois, confesso surpreso, também a minha satisfação se viu sua tributária. E é por estas e outras que deixo, tal como o próprio livro me chegou, uma palavra de gratidão ao "deus dará", perdida, ao léu, nestas titubeantes linhas, a quem organizou e remeteu a obra até o meu regozijo: Gracias, Paulo!



notas da academia



Fraude na Alemanha

Um ano após a divulgação de um escândalo científico que teve sua origem no Max Delbrück Centre for Molecular Medicine em Berlim, apenas duas publicações foram publicamente apontadas como não confiáveis (uma no Proceedings of the National Academy of Sciences USA e outro no EMBO Journal). No entanto, uma pesquisadora que admitiu ter falsificado dados, apontou quatro trabalhos: dois na Blood, um no J. of Experimental Medicine e outro no EMBO J (Nature, 29 de maio de 97). Há pressão dos co-autores dos demais trabalhos, que temem a repercussão das retratações em suas carreiras acadêmicas. Em sete casos, F. Herrmann, um dos acusados de fraude e chefe do laboratório, recusou a sugestão dos editores de denunciar trabalhos já publicados. O pesquisador alega que não estava consciente de que estava havendo falsificação de resultados em seu laboratório. As revistas científicas têm procedimentos distintos para a retratação de artigos: para algumas, basta o consentimento do autor correspondente e, para outras, todos os co-autores devem concordar. Apesar da existência de um número importante de casos conhecidos de fraude nas ciências biológicas, a reação da comunidade vai na direção

de criar mecanismos que inibam esta tendência e facilitem sua detecção. O caráter experimental da ciência minimiza os apelos à autoridade e reafirma o primado da confirmação independente para validar resultados divulgados.

Nature, 4 junho 1998



Investimento em ciência

O investimento em ciência e tecnologia nos países integrantes da OCDE varia entre 1,2% e 3,7% do PIB, com uma média próxima a 2,2%. (Aplicando-se a mesma regra para o Brasil, isso corresponderia a cerca de 18 bilhões de reais ao ano; no caso do Estado de São Paulo, 2,2% do PIB é algo perto de 4 bilhões.) A parte governamental desses gastos é de cerca de 0,7% do PIB (que, no caso brasileiro, corresponderia a cerca de 6 bilhões anuais e, no caso paulista, a 2 bilhões), sendo a maior parte (perto de 0,6%) correspondente apenas à ciência básica, excluída a parte correspondente à educação. Segundo a mesma fonte, o investimento básico por artigo publicado varia entre 7.000 dólares, no caso do Japão, e 30.000, no caso do Reino Unido. Ainda na mesma fonte, o retorno econômico (aumento da renda em relação ao investimento feito) de in-

vestimentos em ciência e tecnologia varia entre 20% e 50% ! Nada desprezível, não?

Science 281, 3/7/98, 49



Imposturas intelectuais

Em março deste ano, estourou um escândalo a partir da confissão de uma técnica de que havia falsificado resultados na pesquisa em que estava envolvida no Max Planck Institute for Plant Breeding (Colônia, Alemanha). Mais de 30 trabalhos foram publicados nos melhores periódicos científicos, com resultados provavelmente afetados pela falsificação. As publicações datam de 1992. A Max Planck Society iniciou uma série de investigações que envolve a repetição dos experimentos descritos nos trabalhos anteriormente publicados. Os resultados em pelo menos seis trabalhos foram comprovados como não reproduzíveis. Novas regras para tratar com casos de fraude estão sendo aperfeiçoadas, tanto para proteger aqueles que detectam as fraudes como para a defesa dos acusados.

Nature, 28 maio 1998



Desafios para a biologia na Europa

O cientista Fotis C. Kafatos, diretor do European Molecular Biology Laboratory, expressou na Science, em editorial, sua avaliação dos desa-

afios que a União Européia enfrentará para manter sua biologia competitiva na era da sociedade baseada no conhecimento. O primeiro desafio é a rapidez com que progride a ciência biológica, fundamental para a medicina, agricultura, meio ambiente e indústria no século que em breve adentraremos. Destaca como a biologia tornou-se "uma ciência maior", dependendo agora de muita interação multidisciplinar, equipamentos caros como síncrotons, microscópios ultrapoderosos, "chips" de DNA, centros de armazenagem e referência e bases de dados globalizadas e interconectadas. Aqui, a agilidade das conexões entre o laboratório e a empresa é fundamental. O segundo desafio é romper com a falta de flexibilidade e o conservadorismo nos meios acadêmicos, que ainda mantêm estruturas piramidais de poder e não desenvolveram adequadamente o sistema de pós-doutoramento. O terceiro desafio seria uma estagnação no suporte econômico para as instituições nacionais ou supranacionais. Alerta para o perigo de se assumir que já "fizemos bastante ciência básica, vamos agora aplicá-la", usando como argumento iniciativas dos Estados Unidos da América, China e Japão para aumentar o apoio à ciência básica.

Science, 29 maio 1998

Mulheres na universidade na Alemanha

O Wissenschaftsrat (espécie de CNPq) vai recompensar financeiramente as universidades alemãs que tiverem sucesso em recrutar mulheres para a academia. Esse esforço acompanha a constatação de que o meio universitário alemão é um dos mais "machistas" do mundo industrial, com o dobro de doutorados para o gênero masculino e apenas 4,5% de mulheres no topo da hierarquia acadêmica. Um dos aspectos da nova política seria a modificação das exigências para a Habilitation, uma qualificação avançada para garantir competência no ensino e na pesquisa. Atualmente, isso exige muitos anos de associação a um determinado professor e a idade média para esta qualificação fica em torno de 40 anos. Competência em pesquisa e ensino, ligada à atividades de pós-doutoramento, seriam alternativas ao sistema de Habilitation e outras medidas, como ampliar o sistema de creches, foram também recomendadas.

Nature, 4 junho 1998



Ética e publicação científica no Reino Unido

Os britânicos estão exigindo a criação de um comitê permanente com poderes para investigar quaisquer casos de fraude ou má conduta científica. A idéia vai emular o U.S. Office of Research Integrity e o National Committee for Scientific Dishonesty da Dinamarca. Um grupo de editores de revistas científicas fundou o COPE (Commit-

tee on Publication Ethics), que descreveu cerca de 22 casos de estudos suspeitos na área biomédica. Aqui, o computador tem sido aliado dos fraudadores, montando e manipulando imagens. O editor do British Medical Journal crê que os casos catalogados seriam apenas a ponta de um iceberg: foram relatados por 10 editores e existem cerca de 20.000 revistas biomédicas...

Science, 12 junho 1998



Universidades particulares

A cidade de Bremen será, possivelmente, o berço da primeira universidade particular no estilo americano a se instalar na Alemanha. A iniciativa é a mais audaciosa de cerca de 10 propostas, cuja finalidade é quebrar a estrutura clássica da universidade alemã: direção estadual, abarrotadas de estudantes, com excesso de rigidez e regulamentação burocrática e sem dispor de mecanismos apropriados de controle de qualidade. Sua estrutura particular também não atrai estudantes estrangeiros devido à língua e estrutura de cursos e diplomas que não seguem o esquema de outros países. As empresas na Alemanha estão insatisfeitas com o estado da universidade, que não consegue produzir os profissionais que elas esperam, e com a lentidão das reformas e estão apoiando os projetos. O governo introduziu modificações no ano passado, no sentido de conceder mais autonomia e flexibilidade às instituições. Pressões políti-

cas ainda não permitiram que as resoluções inovadoras se tornem leis. Por exemplo, há partidos que exigem uma proibição formal de cobrança de taxas pelas universidades públicas. A experiência de Bremen será iniciada com 1200 estudantes e 100 cientistas e inclui uma parceria com a Rice University de Houston, Texas. Os cursos começam na primavera do ano 2000. Haverá ativo intercâmbio entre Houston e o campus na Alemanha, e a ênfase será nas ciências naturais e tecnologia, pontos fortes na Rice University. O MIT seria um segundo parceiro. O inglês será a língua usada na nova universidade e o custo anual será de 8.500 dólares. O impacto inicial das novas instituições será numericamente pequeno e está sendo atacado por críticos, por não ter suficiente base em pesquisa científica. Todos concordam, entretanto, que a emergência destas instituições irá contribuir para catalizar as necessárias reformas que a universidade alemã aguarda há 40 anos.

Science, 19 junho 1998



Crescimento do ensino superior no Brasil

Estudo do MEC mostra que, em 98, há mais 424.000 matriculados no ensino superior em comparação com o ano de 94, quando tínhamos 1,6 milhões de alunos no terceiro grau com 58,4% nas escolas particulares. Em 98 temos 2,1 milhões de alunos sendo que 60,7% nas particulares. O ministro Paulo Renato crê que o sistema público poderia ab-

servir um número bem maior de alunos, aumentando a proporção de alunos por professor que, em nossa universidade pública, é de 8 alunos por professor contra 16 em Harvard. Alterações no vestibular são também iminentes com a introdução do Exame Nacional do Ensino Médio, segundo o Prof. Paulo Renato.

Folha de S.Paulo, 21 julho 1998 e Isto É, supl. 2/9/98



Investimento em ciências

Um interessante levantamento foi apresentado na Science por Robert M. May, que é o principal assessor científico do governo no Reino Unido. Inicia mostrando que os governos são universalmente os principais investidores na pesquisa básica, já que os resultados não são conhecidos ou previsíveis. Na comparação, incluiu os países do G7 e outros 5 (Austrália, Dinamarca, Holanda, Suécia e Suíça). Os 12 países respondem por 80% dos investimentos globais em pesquisa e desenvolvimento (P&D). A taxa média de investimento foi de 1,8% em 1981 e chegou a 2,2% em 1996. Só houve decréscimo nos gastos feitos pelo Reino Unido. A Suécia e o Japão ultrapassaram os EUA e a Alemanha. O decréscimo nos EUA e Reino Unido refletem os cortes nos recursos para uso militar. Sua conclusão registra o crescimento global dos recursos destinados à P&D. A parte pública destes investimentos segue paralela com o crescimento do produto nacional bruto. O fim da guerra fria reduziu os investimentos públicos na área mili-

tar sem direcioná-los para objetivos civis em P&D. Empresas e entidades filantrópicas são uma presença crescente tanto no apoio à pesquisa aplicada como básica. O incentivo fiscal para empresas resultou, nos países que o adotaram na última década (Austrália, Canadá e EUA), em expressivo crescimento na participação empresarial em P&D. Em termos de eficiência, o Reino Unido lidera ao produzir o maior número de trabalhos científicos em função do investimento feito na ciência pura. O Japão é o menos eficiente (quase 5 vezes menos). O número de trabalhos científicos básicos citados em patentes está crescendo, em todos os setores, nas patentes americanas, com o Reino Unido em segundo lugar nas citações. No entanto, a Inglaterra ocupa o terceiro lugar depois do Japão quanto à posse das patentes.

Science, 3 julho 1998



“Science Wars”

O termo “Science Wars” foi cunhado por sociólogos e jornalistas e descreve o embate entre setores das humanidades e o estamento das ciências exatas. Há 40 anos, C. P. Snow identificou uma separação importante entre ciência e artes. Agora, o cisma principal está entre a ciência e as ciências sociais. O livro *The Golem: what everyone should know about science* (1993), de Pinch e Collins da Universidade de Southampton, Reino Unido, tornou-se uma referência importante na sociologia da ciência. Os autores, filiados à

“escola de Edimburgo”, discutem se não cientistas podem fazer uma contribuição válida em seus esforços de estudar a ciência e levantar questões sobre como ela funciona. O debate radicalizou com o livro de Gross e Levitt - *Higher superstition: the academic left and its quarrels with science* (1994), no qual os autores, um biólogo e um matemático, acusam alguns cientistas sociais de estarem organizando um ataque à ciência e à razão por meio dos “estudos de ciência” e também por seu apoio ao feminismo exacerbado, etnocentrismo, medicina alternativa e outros fenômenos que denominam “pós-modernos”. O assunto explodiu para a mídia quando o físico Alan Sokal publicou, em revista de alta reputação na área (*Science Text*), um artigo deliberadamente fabricado que foi aceito pelos editores. Sokal revelou que seu expediente teve o objetivo de criar um impacto suficientemente grande para expor o que ele denomina charlatanismo e impostura intelectual, que tem comparecido no trabalho de certos membros influentes da comunidade de humanidades que lidam com a ciência. Sokal observou que, para ter seu artigo aceito, ele simplesmente citou autores influentes pós-modernos e despejou elogios em suas concepções. Debates se espalharam por toda parte, afetando os programas de pesquisa denominados de sociologia da ciência e tecnologia. Sokal e um físico belga, Bricmont, publicaram recentemente o livro *Imposturas Intelectuais* (1998), no

qual atacam a visão que os filósofos pós-modernos têm da ciência moderna, que seria para alguns “simplesmente um sistema de crenças comunal, com uma associação tênue com realidade”, quando não negam que haja qualquer realidade objetiva. Sokal e Bricmont inclusive debateram na USP, recentemente, o conteúdo do livro acima mencionado (abril 1998), aproveitando uma viagem de colaboração científica com pesquisadores daqui.

Nature, 22 maio 1998



Cura (fácil) do câncer na Itália

O Ministério da Saúde italiano que, devido à pressão popular, iniciou estudos sobre um coquetel de drogas caras combinadas a produtos naturais que curaria o câncer, anunciou este mês que não mais pagaria pelo custo do tratamento. A decisão se apóia no acompanhamento de 134 pacientes, durante 3 meses de tratamento sem sucesso. Houve falecimento de 3/4 dos indivíduos. O tratamento foi criado pelo Dr. Luigi Di Bella, agora com mais de 80 anos, e que alega ter curado milhares nos últimos vinte anos. Políticos dos partidos de extrema direita são ardorosos defensores do protocolo do Dr. Di Bella, aparentemente por razões eleitoreiras.

Nature, 6 agosto 1998



Sindicato dá lucro?

Nos últimos anos, afirmações sobre a necessidade de reduzir posições de trabalho para

umentar a produtividade e baixar custos e preços – favorecendo consumidores em detrimento de trabalhadores – tornou-se lugar comum. Como consequência, sindicatos, com suas reivindicações “corporativas”, eram tidos como anti-econômicos e anti-sociais (se o peso maior está no consumidor e não no trabalhador). Entretanto, não havia dados suficientes para sustentar aquelas afirmações. Levantamento recente nos EUA mostrou que as empresas com trabalhadores sindicalizados têm uma produtividade 16% superior à média, enquanto empresas com trabalhadores não sindicalizados apresentam produtividade 11% abaixo da média. As empresas com trabalhadores sindicalizados e que ainda mantêm programas de melhoria de desempenho, com a ativa participação de trabalhadores e distribuição de lucros, têm produtividade 20% acima da média. Explicação: nessas empresas, os trabalhadores se sentem à vontade para aceitar ou sugerir mudanças sem temer a perda do emprego.

Scientific American, agosto, 1998, 21



Batalha judicial pela educação pública

Em 1970, teve início, em Nova Jersey, EUA, um processo judicial fundamentado no fato de que o financiamento público favorecia as escolas das regiões mais ricas em detrimento das escolas das regiões mais pobres. Em 1973, a suprema corte resolveu regularizar a situação com base em um imposto sobre a proprie-

dade. Como o legislativo estadual rejeitou o novo imposto, em 1 de julho 1976 a suprema corte fechou todas as escolas públicas do estado. Como consequência da pressão surgida imediatamente, em 8 de julho do mesmo ano o legislativo aprovou o imposto de renda estadual e o judiciário reabriu as escolas. Ainda assim, a briga judicial continuou, sempre com base em gastos diferentes nas regiões ricas e pobres. Base da argumentação: as escolas das regiões mais pobres precisam de mais recursos por aluno do que as escolas das regiões mais ricas, pois, só assim, pode-se garantir as condições de educação previstas na constituição estadual. A batalha judicial continuou por 28 anos. Finalmente, em 98, houve um acordo: o estado deverá expandir a educação infantil, gastar cerca de 2 bilhões de dólares para reformar e aumentar as construções escolares e melhorar o ensino fundamental. Em tempo: os gastos nos distritos mais pobres, no ano escolar de 97-98, foi da ordem de 7500 dólares por estudante, ou seja, cerca de 25 vezes mais do que o padrão de gasto mínimo estabelecido pelo governo brasileiro dentro do chamado fundão, enquanto a renda per capita dos EUA é cerca de 7 vezes superior à brasileira.

**New York Times, 22/5/98,
17/5/97, 15/5/97, <http://www.nytimes.com/>**

Os docentes que quiserem encaminhar textos para a coluna *Notas da Academia*, podem enviar suas contribuições para o endereço eletrônico imprensa@adusp.org.br



Carta

Como membro do Conselho Editorial da Revista Adusp, sugeri ao senhor editor (Marcos Luiz Cripa) a elaboração de artigo sobre o corte de verbas federais para bolsas de pós-graduação, colocando-me à sua disposição para informar os nomes de colegas que, por estarem diretamente ligados ao assunto, poderiam ser convidados a informar sobre a política de distribuição de bolsas para o período 1998-1999.

Dias após, atendi ligação telefônica do sr. Gilberto Maringoni e, conforme combinado, passei-lhe os nomes dos colegas e as referências de como os mesmos poderiam ser localizados na Faculdade de Saúde Pública. Durante a nossa conversa, o citado senhor solicitou minha opinião sobre o assunto, mas em nenhum momento avisou-me que estava me entrevistando ou pediu minha autorização para incluir as minhas declarações no conteúdo do seu texto.

Hoje, com muita preocupação, li a matéria intitulada “Cortando na carne”, publicada no número 14 da Revista Adusp e assinada pelo sr. Gilberto Maringoni. Verifiquei constrangida que o mesmo, além de não considerar a minha contribuição, publicou parte de minhas afirmações colhidas durante a nossa conversa telefônica informal, conferindo-me, além disso, a autoria de frases eticamente pesadas como “ilha do atraso” ou “reduto de privilégios” referindo-se ao CNPq.

Constatei ainda que, apesar de ser membro do Conselho Editorial, não fui convidada a apreciar o conteúdo do número 14 da Revista e nem mesmo a matéria que cita, impropriamente, as minhas declarações. Não tomei conhecimento, portanto, da matéria redigida pelo sr. Gilberto Maringoni antes de sua publicação.

Diante de tão lamentável ocorrência e considerando a ampla cobertura desse periódico nos meios acadêmicos, dirijo-me à diretoria da Adusp para expressar a minha indignação, solicitar o meu desligamento do Conselho Editorial de sua Revista e solicitar a publicação dessa carta.

Certa de que essa Associação saberá preservar sua conduta em defesa dos princípios democráticos e da ética acadêmica, agradeço cordialmente.

Nilza Nunes da Silva
Professora Doutora da
Faculdade de Saúde Pública-USP